



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 50

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de dezembro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

O Período de Tratamento de Assuntos Políticos iniciou-se com a emissão de votos.

O primeiro, [Voto de Congratulação – Dia Internacional dos Direitos Humanos, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.](#)

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Rui Espínola (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Célia Pereira (*PS*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se um [Voto de Congratulação pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária do Nordeste,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo usaram da palavra o Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), para fazer a sua apresentação, e a Sra. Deputada Sandra Dias Faria (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Passou-se, posteriormente, para a leitura dos Votos de Pesar.

O primeiro, relativamente [ao falecimento de José Francisco Salvador Fernandes, foi subscrito pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e PPM.](#)

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Gustavo Alves (*PPM*) e José Gabriel Eduardo (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Pelo [falecimento do Sr. Carlos Palhinha](#), foi apresentado um Voto de Pesar, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), seguiu-se a votação, tendo merecido o respetivo voto a aprovação por unanimidade.

Em seguida, pelo Sr. Deputado António Lima (*PS*), foi apresentada uma [Declaração Política](#).

No debate, participaram os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Iniciada a **Agenda da Reunião**, foi apresentado, pelo Sr. Deputado Independente, Carlos Furtado, o [Projeto de Resolução n.º 74/XII – “Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios”](#).

No debate participaram a Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*), os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*).

Seguiu a leitura do relatório da Comissão de Economia sobre a [Petição n.º 6/XII – “Por uma cobertura global de rede móvel e serviço de fibra ótica residencial em Santa Maria”](#), apresentada por Marco André Braga Carvalho, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pelo seu relator, Deputado José Ávila (*PS*), usaram da palavra a Sra. Elisa Sousa (*PSD*), os Srs. Deputados João Vasco Costa (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*).

Posteriormente, foi justificado, pelo Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*), o [Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 4/XII – “Primeira alteração ao Decreto Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do PPM.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovado [o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 84/XII – “Pronúncia por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, após a justificação apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Entrando no debate do [Projeto de Resolução n.º 84/XII – “Pronúncia por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), Elisa Sousa (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Sérgio Ávila (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*) e o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a aprovação por unanimidade do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 85/XII – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e PPM e pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN e posteriormente também a aprovação por unanimidade do [Projeto de Resolução n.º 85/XII – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e PPM e pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN.

Em seguida, foi rejeitado por maioria, o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho – Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Tiago Lopes (PS), usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Furtado (Indep.), João Bruto da Costa (PSD), Nuno Barata (IL), Paulo Estêvão (PPM) e as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Alexandra Manes (BE).

Para um protesto usou da palavra o Deputado Tiago Lopes (PS) e para um contraprotesto o Sr. Deputado João Bruto da Costa (PSD).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de dezembro de 2021.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 05 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada. Faz favor.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa manhã está reservada para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos: emissão de votos (deram entrada na Mesa quatro votos), e para declarações políticas.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

O Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40 minutos, o CDS-PP de 16 minutos, o BE e o PPM de 12 minutos, cada, as Representações

Parlamentares de 10 minutos, cada, o Sr. Deputado Independente de 5 minutos e o Governo de 20 minutos.

Vamos então dar início com a apresentação dos votos.

O primeiro é apresentado pelo Bloco de Esquerda, um Voto de Congratulação, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor. Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Dia Internacional dos Direitos Humanos

Os dias e as semanas internacionais servem de ocasião para alertar para questões problemáticas, mobilizar a vontade política, sensibilizar as populações e celebrar e reforçar as grandes conquistas da humanidade.

Assim, no dia em que se comemora o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, assinalasse também o dia dos Direitos Humanos.

Os princípios presentes no documento original foram adaptados, incluídos e consagrados nas constituições, tratados e leis de países de todo o mundo, oferecendo proteção, garantindo liberdades fundamentais e direitos humanos a milhões de pessoas.

A Declaração Universal alargou de nacional para internacional o enquadramento dos direitos fundamentais e tornou possível que cada pessoa pudesse ver os seus direitos protegidos contra, inclusivamente, o seu próprio Estado.

No entanto, e passados 73 anos, o racismo, a xenofobia e as discriminações associadas continuam a existir em todas as sociedades, em todas as partes do mundo. A discriminação, divisão, falta de confiança, intolerância e ódio

prejudicam não apenas as vidas das suas vítimas diretas, mas também a sociedade no seu todo. E com isto, ficamos todas e todos a perder.

O quadro agrava-se quando é tantas vezes o próprio formalismo jurídico e a manipulação política que deturpam os princípios e os chegam a usar como forma de legitimar uma ordem social que exclui e trata de forma desigual, numa violação calada e contínua dos valores que lhes são subjacentes.

Os princípios da igualdade e da não-discriminação são a base dos direitos humanos. No entanto, mulheres, raparigas, povos indígenas, pessoas com ascendência africana, pessoas LGBTQIA+, migrantes e pessoas com incapacidade, entre outras, continuam, em todas as sociedades, incluindo a sociedade açoriana, a ser vítimas de discriminação e a pertencer a camadas mais vulneráveis da população.

Os direitos humanos não são uma ideia abstrata e longínqua no tempo e no espaço. São uma luta concreta, que tem de ser feita por todos nós, aqui e agora, pela emancipação crescente destas pessoas em todas as fases das suas vidas familiares, profissionais, afetivas e pessoais.

As sociedades que defendem e promovem os direitos humanos para todos os seus cidadãos são mais resilientes, estão melhor preparadas para crises tão graves quanto as pandemias e os impactos da crise climática. A igualdade e a não-discriminação são a chave da prevenção, enquanto a exclusão e a discriminação, onde se inclui o discurso do ódio contra etnias, classes sociais, gêneros e orientações sexuais, são elas próprias, potenciadoras de conflitos e de crise.

A pobreza galopante, as desigualdades transversais e a discriminação estrutural são violações dos direitos humanos e estão entre os maiores desafios do nosso tempo. Abordar estes assuntos de forma efetiva requer participação de todas e todos e um compromisso político renovado.

Os direitos sociais, económicos, culturais e ambientais são centrais para uma economia baseada nos direitos humanos que promova uma maior sustentabilidade para as gerações presentes e futuras.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Deste voto deverá ser dado conhecimento ao Centro de Informação Regional para a Europa Ocidental das Nações Unidas.

Horta, 16 de dezembro de 2021

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: António Lima e Alexandra Manes

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rui Espínola, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto do Bloco de Esquerda, porque considera que os Direitos Humanos são uma condição essencial para a convivência no respeito pela individualidade de cada um, pela escolha de cada um, no fundo, pela liberdade de cada um.

E o Dia Internacional dos Direitos Humanos serve para nos alertar, para não nos esquecermos da necessidade de respeitarmos estes preceitos e repudiarmos o racismo, a xenofobia e todas as discriminações associadas.

Por isso, felicitamos o Bloco de Esquerda pela apresentação deste voto e associamo-nos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia. Falha minha, ou queria endereçar o meu pesar ao nosso colega, que não está aqui presente, Francisco César, pelo falecimento, penso

que de um tio. Gostaria também de deixar também aqui, em nome do Chega e em meu nome pessoal.

Já agora também aproveitava para desejar um Santo Natal a todos, estamos esquecendo disto e uma boa entrada no Novo Ano.

Posto isto, Direitos Humanos! Completamente de acordo. Não só direitos, até gostaria de acrescentar, Sra. Deputada, se me permitir, direitos e deveres humanos. Não só temos os direitos, que temos que salvaguardar, mas também os deveres que temos de estar numa sociedade. Esqueceu-se aí dos cristãos que são perseguidos...

Deputado Carlos Silva (PS): Do RSI!

O Orador: O senhor pode estar calado um bocadinho, enquanto eu falo?

Ou se o senhor tem alguma coisa para dizer, inscreva-se! Pode ser? Sr. Presidente, pode ser assim?

Eu estou a falar de um assunto sério e senhor tem sempre uma larachas. Estamos a falar de um assunto sério!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é humildade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Isto não é humildade, é malcriação sua.

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Mas que coisa! Sr. Presidente, isto é inconcebível, sermos aqui provocados, quando estamos a falar de assunto bastante sério. Isto é uma vergonha!

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade.

O Orador: Isto não é um aparte, Sr. Presidente. Isto não são apartes! São insultos!

(Aparte inaudível do Deputado Carlos Silva)

O Orador: E o senhor continua.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, faça favor de continuar.

O Orador: Eu agradeço, Sr. Presidente. Este bullying...

Presidente: Permitam ao Sr. Deputado José Pacheco que faça a sua intervenção. Todos nós temos esse direito, aqui, nesta Casa, e temos todos a mesma legitimidade e o direito de intervir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo)

O Orador: Obrigado. Agradeço, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

O Orador: Não confundir malcriação e bullying com apartes.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os apartes são regimentais?

O Orador: A educação fica bem em todo o lado.

Presidente: Os apartes, Sr. Deputado João Vasco Costa, são regimentais, mas os insultos não são.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e de alguns
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

O Orador: Sr. Presidente, muito obrigado.

Sra. Deputada (e muito bem), os parabéns por trazer-nos esse tema e apenas relembrar aqueles que também são perseguidos, como os cristãos que têm sido perseguidos em muita parte do mundo, as mulheres que são perseguidas e escravizadas, os homens que são perseguidos e escravizados, as redes de tráfico humano que andam a trazer pessoas a preços exorbitantes para a Europa, uma série de coisas.

Os direitos humanos são fundamentais, e os deveres que nós temos todos, em todo o mundo, também direitos e deveres, de lutar por uma sociedade justa, equilibrada, e que seja uma sociedade que todos possam conviver, com as

diferenças de opinião, que são salutares, devem existir, mas nunca devem ser um muro tão alto, tão alto, que faça o outro sofrer.

O sofrimento humano não é algo que eu possa aceitar, não é algo que alguém desta Casa, ou noutra casa da Democracia, possa aceitar.

Bem-haja por isso.

Eu associo-me a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

Deputado Carlos Silva (PS): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, peço uma interpelação à Mesa para esclarecer o Sr. Presidente que não fiz qualquer insulto.

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, não percebo o juízo de valor que o Sr. Presidente faz em relação a mim,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando aquilo que eu disse, e vou repetir para que não haja qualquer dúvida:

Não é admissível que se faça perseguição aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, se isso é um insulto para si, peço que me esclareça, Sr. Presidente. Isto é um aparte, ao qual eu acho que tenho todo o direito, e veio no resultado, daquilo que o Sr. Deputado José Pacheco está a referir-se como uma perseguição...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está esclarecida a sua interpelação.

O Orador: Se perseguição aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, e às pessoas mais desfavorecidas nesta Região, é um insulto, eu peço desculpa, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, eu fiz um alerta geral à Câmara. Não sei porque é que o senhor achou que esse alerta era para si.

Vamos dar continuidade àquilo que está em causa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis)

Deputado Nuno Barata (IL): Eu sou testemunha, aqui neste lugar, do que é que se passa aqui atrás, do bullying que se passa aqui atrás!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, apelo...

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 1945, no rescaldo, ou no fim da II Guerra Mundial, um conjunto de países uniu-se para dar corpo a um texto que ainda hoje é importante na vida dos países. Um texto que tinha como preocupação maior assegurar a dignidade de todos os seres humanos e salvaguardar princípios que continuam a ser atuais e a estar na ordem do dia, como a liberdade, a justiça e a paz no mundo.

Um texto político, com 30 artigos, que teve, na sua redação, duas pessoas que ficarão para sempre na história do seu país e na história universal – John Peters Humphrey, um canadense, e uma mulher Eleanor Roosevelt.

Um texto que continua a ser atual, que continua a fazer sentido, pelas melhores e pelas piores razões.

Continuamos a viver situações de guerra, de catástrofe, de conflitos armados que não cumprem, não salvaguardam estes 30 princípios que pretendiam, naquele momento de grande sofrimento mundial, assegurar que muitas das atrocidades e dos crimes contra a humanidade não voltassem a ser repetidos.

A verdade é que, 73 anos depois, muitos deles não só continuam a fazer parte da vida de muitas pessoas, da vida de muitas crianças, de muitas mulheres, de muitos idosos, como muitos deles tentaram ainda ser mais graves e parece que, infelizmente, não temos a capacidade de aprender com a história e de aprender com os erros da humanidade.

Portanto, o Partido Socialista associa-se ao Bloco de Esquerda neste voto de congratulação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos, dia 10 de dezembro, comemorado recentemente.

Dizer que também no nosso país, na nossa Região, a Declaração Universal dos Direitos Humanos continua todos os anos a ser lembrada, a ser posta em prática naquilo que é a vida das nossas organizações, naquilo que é a vida dos açorianos e das açorianas.

Vivemos numa Região que, apesar das diferenças ideológicas e político-partidárias, é uma Região onde a democracia é uma realidade, é uma região onde há, diária e permanentemente, e por todos os partidos desta câmara...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Uns mais que outros, está bem!

... a preocupação de que a dignidade de todos os açorianos e açorianas seja uma constante, a preocupação de que a liberdade, a justiça, sejam uma realidade na nossa Região.

Portanto, congratulamos o Bloco de Esquerda por trazer a esta câmara este voto e associamo-nos, naturalmente, a ele.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda. Está redigido e chama a atenção para os pontos que considero fulcrais. Revejo-me no texto feito por V. Exas..

Devo dizer, que esta não é uma questão do passado. Esta é uma questão muito presente.

É uma questão em que ódio tem de ser combatido, mas o ódio não se combate com o ódio. O ódio combate-se através da discussão de ideias, da discussão livre de ideias. As más ideias, as más práticas, quem defende coisas que consideramos inaceitáveis, ou com as quais não concordamos, devem ser combatidas através de argumentos, através de um discurso que acentue as diferenças e que consiga sustentar essas diferenças.

No Parlamento, este debate tem de ter sempre esta elevação, o debate das ideias, o debate pacífico das ideias. Não se ganha o ódio, não se ganha com comportamentos xenófobos, a perseguições religiosas, a perseguições de carácter político, a quem tem ideias diferentes.

Não se ganha esse tipo de combate com comportamento intolerante e com comportamento que repete também o discurso do ódio.

Só se se ganha o ódio com um discurso humanista e com a capacidade de dialogar e com a capacidade de contrapor argumentos e de ganhar essa discussão.

Eu penso que a humanidade, ao longo de todos estes anos, tem vindo a ganhar este debate, em muitas zonas do globo, em muitos setores da nossa sociedade, mas falta muito, muito por fazer, em muitas outras zonas e também em Portugal.

A xenofobia existe em Portugal, é verdade! O racismo existe em Portugal, é verdade! E tem de ser combatido com toda a convicção, com argumentos e.

Repito, (etermino): não se ganha o discurso do ódio com um discurso idêntico, do outro lado, contrapondo também o ódio e a perseguição.

Não! Ganha-se com liberdade de expressão e contrapondo um conjunto de argumentos que nós consideramos válidos e que permitem o avanço civilizacional.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária do Nordeste.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELOS 50 ANOS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE NORDESTE

Começo este voto citando São Francisco de Sales, que um certo dia escreveu: “Se queres aprender, estuda por tua conta. Se queres aprender muito, procura quem te ensine. Mas se queres aprender muitíssimo, põe-te a ensinar o que vais estudando”. É assim que a Escola Básica e Secundária do Nordeste faz há 50 anos, educando heróis que se espalharam pelo país e pelo mundo e que não se cansam de ensinar o que estudaram.

Escola de verdadeira cidadania situada num pedaço de terra distante, a Escola Básica e Secundária do Nordeste conheceu sempre novos desafios e esteve aberta à mudança ao longo da sua História. Mesmo em períodos difíceis, lembra-nos o livro “Escola Básica e Secundária do Nordeste – 50 anos de memórias”, de Eduardo Jorge Lima Melo, as memórias desses tempos, como regista, para as futuras gerações, os momentos mais significativos e marcantes da sua História.

O seu 50º aniversário foi celebrado no passado dia 28 de novembro, ainda que a data da celebração acontecesse no dia 29 do mesmo mês.

Os desafios foram muitos, desde a implementação de hábitos escolares, à criação do Ensino Secundário, à fixação de professores habilitados, mas também à motivação e adaptação dos alunos para as novas tecnologias, a

digitalização, e tudo feito com a audácia que é conhecida nos professores e estudantes nordestenses.

Nestes 50 anos, foram inúmeras as atividades em que a escola e a sua comunidade participaram e se envolveram, desde intercâmbios, atividades culturais, participação em festas religiosas, provas desportivas, visitas de estudo, participação no Parlamento dos Jovens, entre muitas outras ações e projetos.

A perda de população, entre elas a estudantil, constitui um novo problema que volta a desafiar os responsáveis do Concelho, mas não só. Todos são chamados a repensar políticas e estratégias estruturantes para fixar famílias e estudantes e deste modo manter a qualidade do ensino que é reconhecido à nossa Escola.

É isso que a Escola Básica e Secundária do Nordeste faz há 50 anos. E quer fazer mais nos próximos 50. É isso que comprova o testemunho enviado pelas alunas Laura Mendonça e Simone Melo e que passamos a ler.

A minha escola também é a minha família

Num concelho como o meu, no inverno, sair para a escola não é um momento entusiasmante, pois a meteorologia é traiçoeira e, quando o tempo aquece, usufruir a natureza do concelho é uma excelente alternativa à escola. Mas o dever chama-nos e, perante este, não haverá muito mais a fazer a não ser cumpri-lo.

Há muito que a escola deixou de se resumir a um espaço de aprendizagem de conhecimentos, e muitas vezes até questionamos da sua utilidade prática, mas é, sobretudo, um lugar onde encontramos mais uma família. Uma feita de amigos, daqueles que tencionamos levar, pelo menos no coração, quer fiquemos na ilha ou não; de conhecidos que sabe sempre bem cumprimentar em qualquer lugar; de conselheiros e mentores, na figura dos nossos professores, que nos

acolhem como se fôssemos filhos, elogiando o nosso melhor, corrigindo o nosso pior e orientando o nosso percurso.

A minha escola é uma comunidade acolhedora que nos proporciona todos os meios necessários para não nos sentirmos deslocados e em desvantagem para com os demais. É lá que adquirimos o saber para o sucesso do nosso futuro e lutamos para enaltecer o bom nome da escola, deixando uma marca positiva. A minha escola, a Escola Básica e Secundária do Nordeste, tem uma estratégia particular: uma refeição quente, muitas vezes a única para quem precisa, um sorriso que nos faz esquecer por um bocadinho os problemas domésticos, um incentivo que nos faz querer ir mais além, um elogio que nos engrandece o ego, por vezes muito diminuído, uma oportunidade que nos faz reconhecer o nosso valor ou um simples abraço que nos fez valer o desafio da meteorologia.

A minha escola é também a minha família.

Laura Mendonça e Simone Melo (10ºA e 10º B)

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação, do qual deverá ser dado conhecimento a toda a comunidade escolar e ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária do Nordeste, à Câmara Municipal do Nordeste, à Secretaria Regional da Educação.

Horta, Sala de Sessões, 16 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Rui Espínola, Joaquim Machado e Flávio Soares

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apresentação de um voto de congratulação pelos 50 anos da Escola Secundária do Nordeste, oferece-nos a oportunidade de aqui reconhecer o papel que todas as escolas têm em qualquer Região, em qualquer país, no desenvolvimento das mesmas.

É também uma forma de reconhecer o papel da escola, enquanto um espaço importante para o processo de socialização, quer de crianças, quer de jovens.

A escola desempenha um papel fundamental na promoção do conhecimento social, no desenvolvimento das capacidades cognitivas que irão incidir, claramente, na compreensão que as crianças têm do mundo que as rodeia, da sociedade onde se inserem.

Reconhecer o papel da escola, no processo como a aquisição de valores éticos e morais e reconhecer ainda o papel da escola na construção dos homens e das mulheres do amanhã.

O aniversário da Escola Secundária do Nordeste é, por isso, também aqui um momento de regozijo por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e por isso associamo-nos ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, desejando também à escola, em causa, as maiores felicidades e a continuação de um bom trabalho no desenvolvimento da sua Região.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de pesar. O primeiro é subscrito por um conjunto de Deputados. É pelo falecimento do Sr. José Francisco Salvador Fernandes.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

José Francisco Salvador Fernandes

Faleceu na cidade da Horta, no passado dia 15 de novembro, José Francisco Salvador Fernandes.

José Francisco Salvador Fernandes nasceu a 27 de julho de 1951, na Vila de Santa Cruz, Ilha das Flores. Nascido no seio de uma família de agricultores dedicou-se, depois de completar a instrução primária e desde muito tenra idade, a ajudar a família nos trabalhos agrícolas. Era assim naquele tempo.

Saiu da ilha das Flores, pela primeira vez, para cumprir o serviço militar obrigatório. Regressou à ilha das Flores após a sua conclusão, tendo, a partir desse momento e até aos seus últimos dias, exercido a sua atividade profissional no âmbito da agricultura.

Tornou-se, entretanto, militante do PPD/PSD, do qual foi um dos seus militantes mais ativos no concelho de Santa Cruz das Flores. Iniciou a sua vida política no âmbito do poder local, tendo exercido o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz das Flores, durante 3 mandatos. Durante o mesmo período integrou, por inerência, a Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores.

Foi eleito, em 1996, Deputado pelo Círculo Eleitoral das Flores à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Manteve-se em funções durante

10 anos, tendo, nesse período, integrado Comissão de Organização e Legislação (VI Legislatura), a Comissão Permanente (VI Legislatura) e à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (IX Legislatura). Integrou os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores e foi um membro ativo do Grupo Folclórico da Casa do Povo de Santa Cruz das Flores.

No âmbito do exercício das suas funções autárquicas e parlamentares ficou sempre patente a sua permanente proximidade e disponibilidade junto das populações que lhe coube representar. Foi, ao longo da sua vida, um homem sempre disponível para auxiliar quem o procurava. Granjeou, por isso, uma grande simpatia e respeito junto da população da ilha das Flores.

Foi, em definitivo, um homem bom e assim deve ser recordado e homenageado.

Assim, os deputados subscritores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Francisco Salvador Fernandes, do qual deve ser dado conhecimento à família, aos Municípios de Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores das Flores, às Assembleias Municipais das Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores, à Junta de Freguesia de Santa Cruz das Flores e à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores.

Horta, Sala de Sessões, 16 de dezembro de 2021.

Os Deputados, Bruno Belo, Gustavo Alves e José Gabriel Eduardo

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

José Francisco Salvador Fernandes, ex-político, que aos 70 anos sucumbiu, de forma inesperada, no Hospital da Horta, ao lado da sua filha.

Corajosamente fez parte dos nomes que aqui já se sentaram. Para mim, como para muitos açorianos, foi muito generoso a transmitir o seu positivismo, a dar uma palavra de confiança e também ouvindo, concentradamente, o seu semelhante.

Dos, já poucos, que ao cumprimentar levantava sempre o seu chapéu.

Talvez das poucas pessoas que admirava barba num jovem e que acreditava verdadeiramente na sua eleição.

Eu meu nome, em nome do Sr. Deputado Paulo Estêvão, e de todo o Grupo Parlamentar do PPM, tiro o chapéu ao Sr. José Francisco e de forma muito respeitosa agradeço o serviço público prestado, em nome dos florentinos, em nome dos açorianos.

À sua família transmitimos as nossas mais sinceras condolências, com um caloroso abraço.

Obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e em meu nome pessoal, subscrevi este voto de pesar ao José Francisco Fernandes, reconhecendo nele as características de um homem bom, trabalhador, bem conhecido nas Ilha das Flores, que dedicou a sua vida à agricultura e pecuária.

Membro ativo em diversas instituições da ilha, das quais destaco o Grupo Folclórico da Casa do Povo de Santa Cruz das Flores, onde partilhei da sua companhia em ensaios e atuações.

Na política desempenhou as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz e exerceu também as funções de Deputado Regional onde, mais uma vez, tive a honra de poder partilhar, nesta Casa, da sua companhia, das

suas preocupações e dos seus anseios para a resolução dos problemas da Ilha das Flores.

Deixa, na ilha, a marca de uma pessoa sempre disponível e pronta a ajudar quem o procurava.

Em meu nome, e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, envio à família enlutada as mais sinceras condolências.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, pelo falecimento do Sr. Carlos Palhinha.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Carlos Palhinha

No passado dia 10 de dezembro, faleceu em Ponta Delgada, aos 73 anos de idade, Carlos Manuel da Costa Palhinha.

“O Palhinha”, como era carinhosamente apelidado pelos seus amigos e pelos que tiveram o privilégio de privar de perto com ele, nasceu a 31 de janeiro de 1948 na cidade de Ponta Delgada.

Carlos Palhinha fez a sua formação na Escola da Legião, seguindo para o Liceu de Ponta Delgada e posteriormente para a Escola Industrial. Foi neste estabelecimento de ensino que conheceria o amor da sua vida, a sua companheira de sempre, Lurdes Palhinha, futura proprietária de um dos primeiros e mais famosos Salões de Cabeleireira da Ilha de São Miguel.

Os dois casaram a 28 de novembro de 1965, ele com 17 anos e ela com 18. O casal teve dois filhos, a Maria João, falecida precocemente em 1999, e o Rui. Tiveram ainda duas netas e um neto, e três bisnetos.

Concluída a sua formação, Carlos Palhinha obteve o seu primeiro emprego como escriturário na Câmara Municipal de Ponta Delgada. Em 1967, foi contratado pela Sata Air Açores como técnico de comunicações Telex. Foi na transportadora aérea regional que realizou o resto do seu percurso profissional até à aposentação, acabando a sua longa carreira como coordenador da rede informática e do sistema de reservas da Sata, consolidando, assim, um percurso profissional de sucesso e de prestígio.

Entre 1969 e 1972 fez o serviço militar obrigatório, mas não chegou a ser mobilizado para a Guerra do Ultramar.

Carlos Palhinha foi também um cidadão interessado e empenhado na nossa vida pública. É um dos militantes de primeira hora do Partido Socialista dos Açores. Foi sindicalista, membro de diversas associações desportivas e um grande amante das atividades náuticas, área onde acabou por obter um grande reconhecimento público na Região.

Carlos Palhinha foi desde muito jovem sócio do Clube Naval de Ponta Delgada (CNPD), onde ocupou diversos cargos e onde viria a ser, nas últimas duas décadas da sua vida, uma das figuras mais carismáticas e mais empreendedoras dessa centenária instituição.

Em 2006, Carlos Palhinha e um grupo de amigos sócios do CNPD organizaram em São Miguel, contra a expectativa de muitos, uma prova do Campeonato Mundial de Big Game Fishing, um sucesso que iria ser inspirador de uma nova associação desportiva.

Em 2009, Carlos Palhinha e um conjunto de amigos e sócios do Clube Naval de Ponta Delgada, fundou a Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar, à qual presidiria até ao fim da vida.

Esta agremiação, com escassos recursos financeiros, mas impulsionada por um conjunto de pessoas com dedicação exemplar, viria a ter um impressionante e meritório papel na dinamização do “Big Game Fishing” nos Açores e, por essa via, na promoção turística da nossa Região no plano nacional e internacional.

Se há uma associação nos Açores que se constituiu como um grande exemplo de fazer imenso com pouquíssimo, a Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar ocupa um lugar cimeiro na nossa Região.

Entre 2012 e 2019, a Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar organizou o “Big Game Fishing Açores”, um grande evento anual de âmbito internacional que reunia equipas de entusiastas de diversos países com destaque para Inglaterra, França, Suíça, Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Brasil e continente português.

Devido a estes eventos anuais, organizados por Carlos Palhinha e pela Associação a que presidia, normalmente realizados no mês de setembro, no Grupo Ocidental, os Açores foram divulgados internacionalmente, de forma persistente e crescente, em dezenas de países através de centenas de canais promocionais com destaque para televisões, plataformas digitais, revistas, rádios e outras publicações especializadas.

Os “Big Game Fishing Açores”, contando sempre com apoios protocolados com o Governo Regional, foram dos mais eficientes meios de promoção turística da Região, atingindo um elevadíssimo retorno publicitário face a um investimento muito modesto.

Estes eventos tiveram também outra característica para a qual muito contribuiu o trabalho dedicado e determinado de Carlos Palhinha, o envolvimento de tripulações e de embarcações de todas as ilhas dos Açores que eram contratadas pela Associação para assegurar os meios logísticos

imprescindíveis para permitir a participação de equipas nacionais e internacionais.

Para os seus familiares e amigos o Carlos Palhinha será imortal, viverá para sempre nas suas memórias e nos seus corações.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores propõe o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário na Cidade da Horta, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Manuel da Costa Palhinha; reconhecendo o importante e meritório contributo que deu à divulgação turística nacional e internacional da nossa Região; enaltecendo as suas qualidades humanas e os seus atributos pessoais que o projetaram para um lugar cimeiro no panorama associativo regional; e endereçando sentidas e profundas condolências a todos os seus familiares, amigos e admiradores.

Deste Voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Clube Naval de Ponta Delgada, à Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar e à Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar.

Horta, Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2021

Os Deputados: José San-Bento, Vasco Cordeiro, Francisco César, Miguel Costa, Sandra Dias Faria e Andreia Costa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerrámos assim a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.

Vamos prosseguir com a única Declaração Política desta manhã.

Tem a palavra, para o efeito, o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Verificou-se nos últimos anos uma significativa, mas insuficiente, subida do salário nacional.

A trajetória de subida que se verifica, desde 2015, fez o salário mínimo nacional passar de 505 para os 705 euros, e de 530,25 para 740,25 euros, nos Açores, em 2022.

No entanto, de acordo com uma análise da CGTP, se o salário mínimo nacional tivesse evoluído de acordo com a produtividade e a inflação registadas desde 1974, em 2020 teria chegado a um valor de 1.137 euros.

Segundo dados do ministério do trabalho, o salário mínimo é auferido por um quarto dos trabalhadores em Portugal e são sobretudo os trabalhadores precários, as mulheres, os jovens e pessoas com menos habilitações que o auferem.

Apesar do valor do salário mínimo ser ainda baixo e por isso não permitir muitas vezes fugir à pobreza, surgem crescentes resistências por parte de diversas associações empresariais nacionais e regionais, mas também de partidos políticos, ao aumento anual do salário mínimo.

As associações empresariais voltaram, este ano, a exigir compensações financeiras para atenuar o impacto do aumento do salário mínimo nacional.

Uma vez mais, o Governo da República do PS cedeu a essas pressões atribuindo um subsídio às empresas que pagam o salário mínimo. Estamos perante um incentivo que serve para puxar os salários para baixo. Um incentivo à mediocridade.

Ao mesmo tempo, um dos partidos que suportam o Governo Regional, o PPM, quer também na região o mesmo incentivo aos baixos salários. É

evidente que um Governo Regional que preconiza um modelo de desenvolvimento assente apenas em setores de baixo valor acrescentado, necessariamente quer incentivar a que se mantenham salários de miséria.

Mais do que discutir apenas o salário mínimo, importa debater também os salários em geral, com especial atenção para o salário médio, e as políticas públicas que o influenciam.

O aumento do salário mínimo tem como consequência trazer a nu uma profunda estagnação salarial que causa dificuldades na vida de milhões de trabalhadores. A remuneração média mensal nacional apenas cresceu 59€, desde 2015 até 2020.

O aumento do salário mínimo nacional levou a que tivessem sido engolidos vários níveis remuneratórios em vários setores, o que cria nos trabalhadores um profundo sentimento de injustiça.

Em 2022, na função pública, os primeiros 5 níveis remuneratórios serão absorvidos pelo aumento do salário mínimo.

No setor social, nas IPSS e Misericórdias dos Açores, são 8 os níveis remuneratórios engolidos pelo salário mínimo.

No setor privado, tomando um exemplo de um contrato coletivo do setor do turismo de 2019 na região, 85 dos 95 níveis salariais serão absorvidos em 2022 pelo salário mínimo.

Somos cada vez mais uma região de baixos salários.

É redutor apontar apenas um ou dois motivos para esta estagnação dos salários. Mas sem sombra de dúvida que existem alguns que contribuem de forma mais decisiva para este estado de coisas.

Por um lado, a ausência de aumentos salariais no setor público, nos últimos anos, transmite a mensagem ao setor privado de que não deve aumentar salários.

A precariedade, que nos Açores é maior do que no resto do país, associada a um modelo de desenvolvimento assente no setor primário e no turismo fazem com que o emprego criado seja, na sua maioria, mal pago.

A manutenção das leis laborais da troika que, por exemplo, determinam a caducidade da contratação coletiva retirando capacidade negocial aos trabalhadores, impedem o aumento do número de trabalhadores abrangidos por contratos coletivos.

Contribuem para a chantagem permanente sobre os trabalhadores nos processos de negociação coletiva.

A estagnação salarial combate-se também por isso em várias frentes:

Retirando a troika das leis laborais, como o Bloco defende e o próprio PS em tempos quis, mas que agora recusa na Assembleia da República, tal como faz a direita. Felizmente nos Açores reduziu-se por proposta do Bloco o período experimental.

Combatendo de forma consequente a precariedade seja na administração pública e no setor privado; O contrário do que é feito nos Açores, onde há subsídios aos contratos a prazo e onde, na saúde, 79% dos trabalhadores contratados são precários.

Qualificando a nossa economia, desenvolvendo num processo de transformação económica que aposte em setores de alto valor acrescentado e no aumento das qualificações.

Nos Açores temos condições para fazer da nossa posição geográfica e dos nossos recursos, nomeadamente do mar, o motor dessa transformação

Continuando e reforçando a trajetória de aumento do salário mínimo, que nos Açores deve também corresponder ao aumento do complemento regional ao salário mínimo para 7,5%.

A melhoria dos salários revela-se ainda como essencial para combater a falta de mão de obra que alguns setores enfrentam, precisamente aqueles onde os salários são em regra mais baixos.

Não negamos que a demografia e a sazonalidade extrema influi, principalmente nas ilhas menos populosas, para a escassez de mão de obra. Mas o problema de fundo reside uma vez mais na questão salarial e condições de trabalho.

Nem é preciso ir mais longe, basta recorrer às palavras do atual presidente dos EUA, o Democrata, Joe Biden que referindo-se às queixas dos empresários norte-americanos sobre as dificuldades em contratar trabalhadores, deu um sábio e prático conselho: Paguem-lhes mais!

Para encontrar trabalhadores, promover a fixação de pessoas e até atrair outras para que se fixem na região temos de ter uma economia qualificada onde o salário mínimo não seja a regra.

Mas acima de tudo, o aumento dos salários é fundamental para melhorar as condições de vida, para que não haja ninguém que embora trabalhe, ainda assim seja pobre.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Está apresentada esta declaração política. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre bom registar a evolução do Bloco de Esquerda. Já dá exemplos das economias liberais. Fantástico!

(Risos das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Deputado António Lima (BE): Mas é um exemplo que não sei se gosta!

O Orador: Gosto, gosto muito. Aliás, vou usar uma expressão que os americanos usam muito e que vem, precisamente, corroborar aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer daquela tribuna: *if you pay peanuts you only get monkeys*. É assim que os americanos se referem precisamente àquilo que disse John Beden, na segunda quinzena do seu primeiro mandato.

De facto, estamos aqui perante uma situação extraordinária nesta Região, onde se procura mão de obra, mas cada vez se paga pior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta subida do ordenado mínimo regional, ou rendimento mensal mínimo, como se chama agora, remuneração mensal mínima, traz um outro problema à nossa Região e à nossa sociedade, é que cada vez mais estamos a nivelar por baixo o nível de rendimentos e cada vez a gratificar pior aqueles que são mais qualificados e que têm mais formação.

Um técnico superior da Administração Pública, neste momento, tem os seus rendimentos congelados, desde 2010. Não progride na carreira desde 2010. Depois admiram-se porque é que temos a sangria que temos, a emigração que tivemos e os problemas que temos com a falta de professores e com a falta de técnicos qualificados em alguns setores. Se calhar, é precisamente porque impomos mínimos. Quando se impõem mínimos há sempre tendência de ficar pelo mínimo. Se calhar, bom, era mesmo deixar o mercado mais livre a ver o que é que acontecia.

Mas, um licenciado, em termos médios (e são dados do INE), nos últimos 10 anos, ficou 4% abaixo do rendimento que tinha. Perdeu em média 47 euros por ano, do seu rendimento, enquanto que noutras áreas com menos qualificações, as subidas foram na ordem dos 3%.

Temos todos que fazer um esforço (e o Sr. Deputado António Lima também, e isto não é uma crítica, é corroborar parte da sua intervenção naquela tribuna, principalmente aquela que o senhor cita as economias liberais) para poupar onde é gasto excessivo, para pagar aos trabalhadores de acordo com aquilo que os trabalhadores precisam para ter uma vida condigna, tendo sempre em mente que o aumento de rendimentos, que muitas vezes constitui também um custo para o Estado, com o aumento da despesa corrente, acaba por redundar num aumento também da receita, porque quem ganha 800 euros por mês, se passar a ganhar 1000, certamente vai consumir estes 1000. E estes 1000 também vão produzir economia, vão entrar no circuito e vão acabar por aumentar a receita do Estado, que mais não seja em sede de IVA, mas acredito que mais do que em sede de IVA será também em sede de IRS e até em sede de IRC.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, só para corroborar aquilo que disse o Bloco de Esquerda relativamente à necessidade de pagarmos mais para termos melhores profissionais, para termos melhores resultados, quer ao nível da economia, quer ao nível social.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, começo a ficar preocupado, porque vou concordar consigo, pela segunda vez. (*risos*).

O Bloco está a mudar a sua política, está a aproximar-se daquilo que eu defendo. Eu acho que não me mexi muito. Mas brincadeiras à parte, fico satisfeito que também tenham esta visão, que muitas vezes nós trazemos para cá (e daquilo que eu pude reter de uma frase que disse): as pessoas têm de sair da pobreza, com o seu trabalho, tendo um rendimento digno. É isto que o Chega tem dito constantemente.

As pessoas têm de viver do seu trabalho, tendo um rendimento digno e, não querendo repetir aqui o Sr. Deputado Nuno Barata, mas a verdade é que também há que mudar aqui, culturalmente, algumas coisas, e há que perceber que quando o salário mínimo aumenta e os salários médios ficam congelados (vou dar um exemplo caricato) a administrativa da oficina, começa a ganhar o mesmo que o rapaz que foi para lá, a semana passada, lavar os carros. Só para que se perceba, está a começar a haver algum desequilíbrio.

É preciso também mudar isso. É preciso os pequenos empresários... Enfim, já tenho 50 anos e ainda me lembro de haver aquele orgulho no seu patrão. Muitas vezes o seu patrão, fruto do excesso de subsídios para abrir uma porta, muitas vezes, a primeira coisa que se lembra, não é de investir naqueles que

lhe dão o pão a ganhar, é investir numa nova viatura, numa casa, etc.... Isso também está completamente errado.

Isso é um alerta que temos que, constantemente fazer. Há que fazer um investimento nas pessoas. As pessoas é que são o importante. As casas, os carros, como se costuma a dizer, em bom português, “o diabo leva”.

Nós temos de apostar nas pessoas, temos que apostar na formação, temos que apostar na valorização e temos também que perceber que as pessoas estão motivadas, ou não, para trabalhar.

Um trabalhador bastante motivado, ou bem motivado, vai dar um rendimento à empresa e vai dar um rendimento à sociedade. Como dizia o Sr. Deputado Nuno Barata, quando eu tenho mais dinheiro na algibeira eu também gasto mais dinheiro e ponho dinheiro na economia. É isto que temos todos que perceber.

Combater a subsidi dependência, viver dignamente do nosso trabalho. É esse o nosso discurso e daqui não saímos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. A Mesa aguarda inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Traz-nos o Bloco de Esquerda uma declaração política sobre a diminuição, no fundo, do fosso entre o salário mínimo e os salários médios, que efetivamente nos preocupa que incide, no fundo, na valorização do trabalho. Isso é, sem dúvida, algo que nós também, somos sensíveis e julgo que todos os partidos nesta Casa. É, sem dúvida, algo que merece a nossa reflexão e o trabalho continuado para a implementação de políticas que permitam efetivamente a valorização do trabalho.

O salário mínimo nos Açores, será, para 2022, de 740 euros, uma subida de 42 euros, e que o Deputado António Lima diz que é um salário de miséria, mas relembro, e como disse bem também, as tabelas salariais, os escalões

salariais que são, no fundo absorvidos e que são ultrapassados pelo salário mínimo, são muitos.

Por exemplo, para os assistentes operacionais, o salário base é 665 euros, ou seja, é bastante abaixo daquilo que era o salário mínimo, que é de 698 e que agora passa para 740.

Depois fala na proposta do PPM, que, entretanto, iremos avaliar, que propõe que o Governo da República apoie as empresas da Região, da mesma maneira que o vai fazer na República.

Isto, parece-me, que é da mais elementar justiça. Se há um investimento do Governo da República para compensar os empresários, independentemente da argumentação, que julgo que podemos ser sensíveis, que tem a ver também com este esforço de recuperação económica no período derivado das restrições, também elas impostas pelos governos, porque os próprios constrangimentos impostos, por questões sanitárias, têm impacto também na vida as empresas, daí essa compensação...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que o Governo da República tenta fazer aos empresários com esta subida, não penalizando quem necessita efetivamente dos salários, que são as pessoas.

Aquilo que o PPM propõe parece-me uma coisa da mais elementar justiça. Para que não haja uma discriminação para com as empresas da Região, e até em última análise uma concorrência desleal entre empresas que prestam o mesmo serviço no Continente ou na Região.

Depois, também falou noutra boa proposta, ou seja, na diferença dos Açores e naquilo que também nós nos demarcamos, felizmente, e pela positiva, face à República, na redução do período experimental.

Falou muito bem! É uma proposta do Bloco de Esquerda, mas não se esqueceu, certamente, que para ser aprovada todos nós concordámos e que foi por isso que ela é uma realidade. Portanto, não foi o Bloco de Esquerda que, sozinho, fez esta redução.

Relativamente aos Açores crescerem economicamente com políticas assentes em salários baixos, o Bloco de Esquerda é que, no fundo, com a sua perspetiva de políticas altamente estatizante de tudo, coloca sempre os empresários no papel de vilões, eventualmente até quase como se fossem criminosos, não tendo uma perspetiva de que o Estado deve estar efetivamente onde os privados não chegam, e os privados devem estar onde há possibilidades de concorrência, onde há mercado, onde há a possibilidade de as pessoas prosperarem, oferecerem novos serviços. Ou seja, quando há possibilidade de oferta é aí que devem estar os privados.

Agora, quando nós temos direitos que efetivamente nós consideramos que são direitos e serviços que devemos prestar a todos os açorianos e ninguém lá consegue chegar, é aí que entra o papel do Estado. E não há neste Governo, ou no CDS, e nos partidos da coligação, e julgo que em muitos dos partidos aqui representados, à exceção eventualmente do Bloco de Esquerda, esse preconceito ideológico.

Relembro, só a título de exemplo, que é o preconceito ideológico do Bloco de Esquerda que obrigou, por exemplo, o Partido Socialista da República a terminar com uma PPP, no Hospital de Braga, que poupava 50 milhões de euros por ano, ao estado português.

Foi, única e exclusivamente, por preconceito ideológico, porque podemos falar sobre PPP, e posso dar-lhe exemplos de boas PPP e más PPP. E temos muitos, temos vários maus exemplos aqui na Região de PPP ruins.

Mas por preconceito ideológico é que não. É essa a grande diferença. Enquanto o CDS olha para os empresários enquanto parceiros, e deve efetivamente criar condições que propiciem uma concorrência leal e o prosperar das empresas que permita que os empresários paguem bons salários, o Bloco de Esquerda, ao invés, olha sempre para a estatização de tudo onde passamos todos a ganhar o mesmo e, obviamente os orçamentos não são efetivamente tão largos ou tão grandes que possam cobrir esse tipo de perspetiva económica do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e de CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu, sinceramente, não percebi o seu posicionamento em relação à proposta que o PPM apresenta.

Deputado António Lima (BE): Eu explico!

O Orador: Pode explicar, eu estou sempre pronto a aprender. Há outros que acham que sabem tudo. Por isso, tenho sempre a humildade de me colocar numa posição de escutar, de ouvir e, com certeza há muita gente que me pode explicar muitas coisas. Portanto, tenho sempre essa perspetiva. Mas o que quero dizer é o seguinte:

A conquista de um salário mínimo, de uma retribuição mínima mensal garantida, é uma conquista muito importante. Foi uma conquista muito importante do ponto de vista do progresso social.

Não quer dizer que esse seja o parâmetro, mas quer dizer que existe uma linha que protege os trabalhadores.

O que é importante é que essa retribuição mínima mensal garantida, seja efetivamente atualizada e atualizada devidamente.

O que eu considero é que muitas vezes não o tem sido. Portanto, a minha ambição é que o seja o mais possível, tendo em conta o contexto económico, os aumentos de produtividade. Tudo isso!

Portanto, que o tecido económico esteja preparado para o fazer, que esteja em condições de o fazer, porque nada serve também criar condições e as empresas não conseguem contratar, ou seja, nós colocarmos um salário mínimo com um valor que não seja comportável para as empresas é contraproducente. Porquê? Porque a partir daí o que irá acontecer é que a contratação diminui e diminui a criação e emprego.

Portanto, o que é preciso é encontrar aqui um ponto de equilíbrio e permitir que, de facto, este valor possa ser aumentado de forma sustentável.

Ora, o Governo da República, bem ou mal, é discutível, encontrou um mecanismo para compensar a atualização da retribuição mínima mensal e criou um mecanismo em que as empresas possam aceder a uma medida de apoio excecional de compensação pelo aumento do salário mínimo nacional.

A questão que para nós é relevante é que, o aumento do salário mínimo tendo um carácter nacional, a criação de um mecanismo de compensação para as empresas não inclui todo o território nacional. Deixa de fora as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. A nossa proposta é, nesse sentido, muito simples: é que este apoio excecional às empresas também se pratique nas regiões autónomas. Não considero isso justo. Critiquei isso.

Considera que devemos aceitar essa discriminação? Acha que devemos aceitar essa discriminação? Acha justo que o Governo da República deixe de fora os Açores e a Região Autónoma da Madeira? Acha isso justo? Eu não acho.

Se esta medida é uma medida que compensa, em parte, numa percentagem, esta atualização, eu considero que é mais que justo que isto possa ser feito e que deva ser feito. Por isso é que eu lhe digo, Sr. Deputado, que nestas questões há questões de justiça e há questões de uma sociedade também que tem a ver com uma sociedade que nós defendemos.

O PPM tem a pretensão de que os salários possam aumentar o mais possível, Sr. Deputado! Mas para isso é preciso que exista crescimento económico, que

aumente a produtividade e que sejam criadas as condições para sustentar, depois, este aumento dos salários.

Nós já vimos o que aconteceu, por exemplo, na Venezuela. O que é que aconteceu?

Deputado António Lima (BE): O que é a Venezuela tem a ver com isto?

O Orador: Vou-lhe dar um exemplo. Não estou a dizer que apoia a Venezuela ou o sistema da Venezuela. O Sr. Deputado está sempre à espera de ser ofendido. Eu não estou a ofendê-lo. Estou a dar um exemplo prático de um país que atualizou os salários (não é?), e que considerou que colocou os salários de uma forma justa. E o que é que aconteceu? Mataram as empresas, aumentou a inflação...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

... houve uma desvalorização real dos salários. Isso resultou, Sr. Deputado? Não resultou!

Eu não digo que defendo o regime da Venezuela, mas o seu discurso, ou a sua receita, é uma receita idêntica do ponto de vista económico.

Sr. Deputado, historicamente, já ficou demonstrado que não resulta. Leva ao empobrecimento das sociedades.

Deputado Berto Messias (PS): A Venezuela, ó Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos então dar a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço as intervenções sobre esta matéria. Não posso deixar de estranhar que não haja muito a dizer sobre os dois maiores partidos sobre este assunto, tendo em conta que obviamente é um assunto importante, mas obviamente que cada um tem a sua opção e também estranho que um dos

partidos do Governo não tenha nada a dizer sobre matérias que dizem respeito à governação, e o próprio Governo.

Mas indo às intervenções que se seguiram à minha, deixe-me dizer, Sr. Deputado Nuno Barata, que o exemplo que dei dos Estados Unidos, que é um país que sei que aprecia e que também apreciam muitos partidos nesta Casa, serve para demonstrar o quão erradas são muitas vezes as preocupações e as soluções que se encontram para o problema da falta de mão-de-obra, porque aquilo que nós vemos, muitas vezes, é exatamente a reivindicação oposta, é que os salários são demasiados altos e que não se consegue pagar.

A solução que um político, e um Governo, que não é de esquerda, apresenta, é a solução que qualquer defensor de uma economia de mercado, como são quase todos os partidos aqui dentro, diz logo como primeira solução aumentar salários.

Não há oferta, o salário que é oferecido tem que aumentar. Mas não é isso que se vê na nossa sociedade, tanto aqui, como a nível nacional, como está amplamente plasmado nas notícias.

Deixe-me dizer, Sr. Deputado Rui Martins, que eu tenho de rejeitar as suas acusações, e já não é a primeira vez que o faz, de que o Bloco de Esquerda trata os empresários como criminosos.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é um insulto!

O Orador: Há de me explicar quando é que uma opção sobre a gestão do Hospital Pública, que é uma opção legítima e política, e eu respeito a sua de querer entregar aos privados a gestão dos hospitais, não discordo, não digo que é crime, e o senhor acha que isso que é um crime e acusa o Bloco de Esquerda a ser um partido que trata os empresários como criminosos. Mas o que é isto?

E não fiz um protesto, porque se eu fosse responder, à letra, às suas acusações e aos seus insultos, como eu já ouvi aqui hoje, não fazia outra coisa senão protestos! Não fazia outra coisa senão protestos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu explico qual é a nossa posição, para terminar, sobre esta matéria, este subsídio às empresas que pagam o salário mínimo.

A nossa posição contrária não é, especificamente, por ser os Açores ou não ser. É contra a medida no seu todo, é contra a medida nacional, e contra a medida regional, se existir, como é óbvio, porque o que esta medida faz é dizer, “bem, senhores empresários, se pagarem o salário mínimo têm aqui um subsídio, se pagarem 50 euros a mais têm zero”.

É essa a mensagem que transmite aos empresários, e essa é uma mensagem perversa, é um subsídio à mediocridade, é um subsídio para manter salários baixos e é um subsídio que um Governo, que se diz, ou pelo menos que quer implementar algumas medidas liberais, ali, a pedido do Sr. Deputado Nuno Barata, devia se envergonhar.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E termino. Aquilo que o Bloco de Esquerda quer é uma Região que valorize o trabalho, que valorize os salários e que cumpra a legislação que foi aprovada nesta Casa relativamente aos incentivos às empresas, com exigências de um número mínimo de contratos sem termo, que este Governo não cumpre. Não cumpre! Ignora a lei! Quer que este Governo deixe de contratar trabalhadores para a saúde...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Alguma vez foi empresário?

O Orador: ... em contratos precários e abra concursos para os quadros, como este Governo faz e é isso que faz aumentar salários e é isso que dá estabilidade à vida das pessoas e é isso que o Bloco de Esquerda quer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando não há nada para dizer, o senhor grita Venezuela.

Já era altura de mudar o disco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política e está encerrado também o PTAP.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo e regressamos com a Agenda. Regressamos às 11h40.

Eram 11 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ontem, deliberou a Conferência de Líderes, que se encerrássemos o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, durante esta manhã, darmos continuidade aos nossos trabalhos com a Agenda,

Assim, entramos no ponto sete da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 74/XII – “Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios”**. É uma iniciativa apresentada pelo Deputado Independente.

Os tempos para este debate são os seguintes: o Partido Socialista e o Governo dispõem de 22 minutos, o PSD de 20 minutos, o CDS-PP de dispõe de 14 minutos, o BE e o PPM dispõem de 12 minutos cada, as Representações Parlamentares do CH, da IL e do PAN dispõem de 10 minutos cada e o Sr. Deputado Independente dispõe de 11 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No passado mês de setembro apresentei, nesta Casa, um Projeto de Resolução que se intitulava por “Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios”.

O Projeto de Resolução que àquela data apresentei tinha dois objetivos principais, o primeiro dos quais combater a sazonalidade dos fluxos turísticos na Região.

Com efeito, a nossa Região tem apresentado índices de fluxos turísticos aceitáveis para aquela que é a dimensão da nossa Região, principalmente no verão. No entanto, no inverno ainda continuamos a ter défices consideráveis pondo em grandes dificuldades as empresas que operam neste setor.

Desta forma, o Projeto de Resolução que apresentei procura, essencialmente, promover a gastronomia da nossa Região, os nossos processos produtivos tantas vezes ainda feitos em ambiente quase familiar, promover a nossa imagem em termos paisagísticos, caracterizada por pequenas unidades produtivas, promover o nosso conformo climático pela diferença climática que temos entre verão e inverno, promover também a qualidade dos nossos mares, especialmente a temperatura das nossas águas.

Visou também promover mais a rentabilidade dos produtores agrícolas. Com efeito, todos nós sabemos que os nossos produtores agrícolas, especialmente o do setor dos lacticínios, estão atravessar graves problemas de sustentabilidade das suas explorações e, por essa razão, é da maior importância que todos nós, dentro da nossa dimensão, da nossa visão, promovamos condições para que as explorações agrícolas da nossa região venham a ter outros rendimentos, não na base (pelo menos na minha leitura) da economia de escala, mas, sim, na base da valorização dos nossos produtos. Desta forma, o que pretendo com este Projeto de Resolução é que seja o Governo Regional, através dos setores do turismo, a promover, junto das empresas de lacticínios, a adição de elementos de publicidade que, no fundo, levem mais longe e de uma forma mais permanente a imagem dos Açores, a imagem dos nossos produtos, das nossas paisagens, das nossas vivências, para que desta forma criemos ligações de proximidade perante um público alvo, que já é o público e consumidor dos nossos lacticínios. Aqui este

também vai-se associando à nossa imagem, à nossa Região e cria aquela proximidade que fará com que eles nos visitem com mais frequência.

Para isso apelo, sinceramente, que da parte desta câmara exista a devida atenção e o gosto para, no fundo, apoiar esta iniciativa que aqui apresentei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Tem a palavra a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Vitória Pereira (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A promoção dos laticínios açorianos é fundamental para dar a conhecer as características dos nossos produtos, pela sua qualidade, naturalidade e pelo bem-estar animal a que estão associados.

É necessário reconhecer e valorizar os produtos regionais. Para tal, deve haver uma redução das marcas brancas no mercado de forma a valorizar a marca Açores, assim como um maior esforço das indústrias na promoção, continuando o trabalho com a distribuição.

Nos Açores, produz-se com qualidade e temos de promover essa qualidade e o seu valor acrescentado de forma eficaz.

Devemos dignificar o setor e o esforço dos nossos produtores que tanto lutam para garantir a qualidade do leite açoriano, perante as dificuldades que atravessam pelo aumento dos custos de produção, sendo que as indústrias já começam a dar sinais de resposta ao aumento do preço de leite a ser pago aos produtores.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Governo, está ao lado da agricultura e tem acompanhado de perto as dificuldades que o setor está a atravessar.

Tudo tem feito para suprir essas dificuldades, criando compromissos com a fileira do leite de forma a criar liquidez nas explorações agrícolas.

Será antecipado no final do mês de dezembro 30% do suplemento aos produtores de leite que normalmente era pago no mês de abril.

Continua a assumir o compromisso de pagar as ajudas à perda de rendimentos do POSEI e do ProRural, sem quaisquer cortes.

Está aberta a Portaria para a reconversão de explorações de bovinicultura de leite em bovinicultura de carne. Está a decorrer desde o dia 1 de dezembro até 15 de janeiro.

Também para sair está uma Portaria para candidaturas dos produtores que quiserem reduzir a sua produção de leite,

Haverá uma intervenção nos excedentes de leite UHT, numa quota de um milhão de litros.

Vai continuar o plano de ação no âmbito do programa da naturalidade, Fórum Bio Açores 21, para o incentivo do leite biológico e do leite de pastagem.

Foi protocolado este mês, com a Secretaria da Educação, um acordo para a literacia sobre a agricultura, nas escolas, desde o 1.º ano de escolaridade até ao secundário.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

A Oradora: No início do próximo ano será promovido um apoio para a redução dos custos de energia elétrica nas explorações agropecuárias.

Vai igualmente continuar o diálogo entre os elos da fileira do leite através do Centro do Leite e dos Laticínios.

Teremos até ao final do ano o estudo da formação do leite em cada ilha da Região.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Também será levado a cabo uma forte promoção dos laticínios dos Açores.

O Governo açoriano vai reivindicar junto da União Europeia o reconhecimento do aumento dos nossos custos de produção, enquanto Região

Ultraperiférica, com os custos relacionados com o gasóleo, com as rações e os adubos.

Temos de apostar na agricultura. Este setor é uma prioridade para a economia açoriana.

O trabalho deste Governo tem sido eficaz, coerente e com visão de futuro, com vista a uma nova esperança para os nossos jovens agricultores açorianos que serão o futuro.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de me referir ao Sr. Deputado Carlos Furtado, como proponente da proposta.

Acredito, muito sinceramente, que a sua intenção, com esta proposta, é uma intenção boa, de ajudar os produtores de leite.

Conforme refere o Sr. Deputado, e bem, na Resolução, e também já o disse em Comissão, os produtores enfrentam enormes dificuldades com o preço do leite muito baixo face ao aumento dos custos de produção que continuam, todos os dias a crescer e a agudizar os problemas que o setor enfrenta.

É verdade que ainda que haja alguns sinais de possíveis aumentos do preço do leite a situação continua a ser difícil e, portanto, todos os contributos que possam ser apresentados para melhorar o rendimento dos produtores de leite

serão sempre boas medidas e nós, nessa perspetiva, estamos ao lado da proposta que o Sr. Deputado apresenta.

Mas não podemos deixar de realçar, e também o dissemos em Comissão, que o Partido Socialista apresentou, em março de 2021, uma proposta, aqui, neste Parlamento, que foi votada posteriormente e aprovada por unanimidade, e que foi publicada no dia 6 de agosto em Jornal Oficial. Entre as várias propostas que eram apresentadas realço, se me permitem, um dos pontos resolutivos (e passo a citar):

“Promova, desenvolva e apoia iniciativas que fomentem a internalização, a exportação dos produtos lácteos dos Açores, sobretudo para mercados que valorizem os produtos regionais de valor acrescentado”.

Portanto, Sr. Deputado, como pode verificar, também nós, já aqui, apresentamos medidas, que vão ao encontro daquelas que são as suas preocupações.

Ora, a nossa surpresa é que o Sr. Secretário da Agricultura disse, em Comissão, que a proposta do Partido Socialista não trazia nada de novo, não servia para nada e, portanto, deu a entender que não seria para executar. Isso nós não podemos aceitar.

Tanto é válido uma proposta da sua parte, como entendemos que é uma proposta nossa, que foi aqui aprovada por unanimidade e hoje o Sr. Deputado Rui Martins já realçou que o Parlamento, quando aprova algo, deve ser cumprido.

Portanto, esperamos que o Governo tome em atenção também as propostas do Partido Socialista que foram aprovadas, que as execute, porque também são contributos válidos para o problema que o setor enfrenta e entendemos que são mais um contributo para resolver os problemas.

Também não podemos ignorar algumas aparentes contradições que o Sr. Deputado Carlos Furtado apresenta no seu Projeto de Resolução, e vou passar a explicar:

O Sr. Deputado ainda há pouco referiu que uma das intenções do Projeto de Resolução é combater a sazonalidade de produtos turísticos na Região.

Diz no seu Projeto de Resolução “que é indispensável a promoção turística eficaz, célere e devidamente direcionada nos tempos próximos,…”

Mas, o Sr. Deputado no ponto 4, dos pontos resolutivos, diz:

“O financiamento da campanha institucional será assegurado com verbas inscritas nos documentos previsionais relativas à promoção turística dos Açores.”

Sr. Deputado, se o senhor acha que se deve melhorar a promoção turística da Região, como é que vai retirar verbas à promoção turística dos Açores?

Portanto, nós entendemos que isto pode parecer uma contradição.

Estamos de acordo consigo quando diz que é preciso fazer algo para promover os produtos lácteos açorianos. De acordo! Mas não entendemos é porque é que se tem que retirar verbas ao turismo, quando até a própria Câmara de Comércio e Indústria dos Açores diz, no parecer que deu ao Orçamento, que as verbas para o turismo são insuficientes para assegurar uma retoma rápida e eficaz do setor, que foi um dos mais afetados pela pandemia.

Nós entendemos que isso possa parecer uma contradição, mas aguardamos seguramente pelos seus esclarecimentos para perceber se, de facto, quer retirar meios ao turismo, ou se quer, de facto, ajudar a combater os problemas que foram causados pela pandemia e ajudar a garantir uma recuperação rápida e eficaz também no setor turístico.

Portanto, são algumas dúvidas que temos e agradecemos que nos esclareça.

Realçar, contudo, que a proposta sendo um contributo para melhorar o rendimento dos produtores de leite nos Açores, merecerá da parte do Partido Socialista o seu apoio.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A 6 de junho de 1975 a lavoura desceu à cidade. E do que é que eles falavam, entre muitas coisas? Do preço do leite!

Ou seja, não é um problema novo! Não é um problema de pandemias! É um problema muito antigo, que é a desvalorização de um produto que nós temos, que é um produto de grande qualidade, que é o nosso leite.

O nosso leite e aquilo que ele se transforma, os seus derivados. Essa desvalorização que tem sido ignorada, que apenas tem sido subsidiada e que não vai ao encontro dos lavradores.

Dizia-me um lavrador, um dia destes: eu preferia não ter os subsídios e ter o leite muito mais bem pago.

A verdade é que esta proposta não resolve nem uma coisa, nem outra.

Duas grandes questões que se levantam. Primeira: perguntar ao Sr. Secretário da Agricultura, se são os lavradores que reclamam falta de rendimento, como é que nós vamos pôr o dinheiro na indústria? A indústria vai novamente absorver o dinheiro dos contribuintes açorianos sob o pretexto de uma falsa promoção açoriana, ou dos Açores, e vai novamente o dinheiro parar aos mesmos, e os lavradores nada ficarão a ganhar.

Segunda grande questão: a promoção dos Açores! Se é em pacotinhos de leite, pois com o Chega não contém.

Sr. Secretário, a promoção dos Açores tem de ter "*target*", tem de se saber onde é que eles vão, quem são estas pessoas, quem são as pessoas que cá querem vir.

Como dizia aqui ontem, ou anteontem, o Sr. Deputado Rui Martins, nós não precisamos de turismo de massa; nós precisamos de turismo de qualidade e já começámos a acusar o peso desse turismo de massas.

Nunca me hei-de esquecer o que me foi dito há 20 anos na Madeira: vocês nos Açores tenham o cuidado de não fazer o que se fez na Madeira. Esta coisa do turismo de massas é muito bonita no primeiro dia, mas para virem cá ao prato do dia, garantidamente, nós não vamos ter sucesso.

Eu quero saber é se os lavradores é que vão receber este dinheiro e se é esse tipo de turismo que nós precisamos para os Açores, porque no entender do Chega não é este o caminho e isto é um insulto à nossa lavoura.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta aqui apresentada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, o CDS considera que é efetivamente necessário valorizar os produtos lácteos açorianos e, no fundo, a parte resolutiva deste Projeto de Resolução acaba por indicar essa vontade e essa necessidade.

No fundo, é concretizar um retorno económico para o setor e que seja concretizado o valor económico que os produtos intrinsecamente já possuem. Ou seja, já temos produtos de valor acrescentado intrinsecamente e precisamos é que isso se transforme em retorno económico.

No fundo, também este Projeto de Resolução demonstra uma preocupação com a aposta e valorização da Marca Açores, ou seja, associando, no fundo, e pretendendo que esta associação da Marca Açores seja feita apenas a produtos que identifiquem esta origem e não a produtos de marca branca, ou seja, a produtos que vão para lá daquilo que que é a simples menção, num cantinho, que diz, “origem: Região Autónoma dos Açores”.

Não!... Tem de ser mais! Tem de ser perfeitamente identificável que é um produto efetivamente açoriano. E essa associação é uma preocupação aqui demonstrada e que nós valorizamos.

Há também uma preocupação com a própria embalagem e o facto dessa preocupação transmitir uma imagem de sustentabilidade e que projeta, no fundo, no exterior, essa imagem de uma região atual, que acompanha aquilo que são as preocupações mundiais, e capitalizar, no fundo, a nossa maior riqueza, que é a natureza, em defesa, e nesse esforço da sua sustentabilidade.

Devemos, por isso, saber promover também os nossos produtos e é esse o apelo, no fundo, que este Projeto de Resolução faz, e é esse o repto que é lançado ao Sr. Secretário da Agricultura, que é saber promover, ajudar e trabalhar com o apoio da própria Secretaria, porque obviamente isto requer o envolvimento dos empresários, e que os empresários também saibam posicionar os seus produtos, e disse bem o Deputado José Pacheco, identificando qual é que é o *"target"*, qual é que é o mercado, qual é o setor onde os devemos posicionar, sem ter receios de ir mesmo para mercados que são produtores de produtos lácteos, porque nós efetivamente, como já disse anteriormente, temos produtos de valor intrinsecamente acrescentado.

Esta proposta, este Projeto, não desvaloriza em nada aquilo que foi o Projeto apresentado nesta Casa, pelo Partido Socialista, e que foi aprovado por unanimidade e que, como disse bem, em aparte o Deputado Nuno Barata, o Governo não deve executar, tem que o executar! É uma obrigação, é algo que efetivamente esta Casa, as decisões que emana, são efetivamente para que possam ser levadas a cabo.

Eu considero que isso será tido em conta, mas efetivamente este Projeto de Resolução (e foi nesse sentido também, que em Comissão, o Sr. Secretário falou), acrescenta. Porquê? Porque, por exemplo, ao colocar no seu ponto 5 um prazo de 12 meses para que possa haver um relatório da sua avaliação e quais é que foram as atividades promocionais desenvolvidas, dá aqui uma janela temporal para que possa ser dada essa prestação de contas de forma formal a este Parlamento. E isso é positivo.

Relativamente ao ponto 4 deste Projeto de Resolução, quanto à fonte de receita, no CDS nós compreendemos perfeitamente essa fonte de

financiamento. Porquê? Porque o que entendemos é que, com esta proposta, pode promover-se a Região também como destino turístico, através de uma correta promoção dos produtos regionais.

Deputado José Pacheco (CH): Pacotinhos de leite!

O Orador: A correta promoção, ou seja, o posicionamento de produtos regionais, em determinados mercados, faz com que efetivamente as pessoas, ao identificarem essa qualidade, esse valor acrescentado, ao identificarem essa preocupação económica da Região com a sustentabilidade, (lá está, como é o tal ponto da sustentabilidade ambiental, do ponto de vista da própria embalagem).

É esta associação que permite que possa haver efetivamente essa promoção do destino turístico Açores, através dos seus produtos.

Da mesma maneira que as pessoas quando vêm cá, por vezes, vêm atrás da natureza e depois descobrem a riqueza dos nossos produtos e a nossa riqueza cultural, também nós podemos levar produtos que possam fazer com que as pessoas queiram vir à origem ver afinal, como é que é se fazem estes produtos, passe a redundância.

Ou seja, se nós associamos uma imagem de natureza e de sustentabilidade a um produto e se a pessoa não teve a possibilidade de vir cá, possivelmente estamos a contribuir para o crescimento da Marca Açores, e eu julgo que é isto que este Projeto de Resolução faz e é por isso que obviamente o CDS vê com agrado esta proposta e certamente iremos viabilizar,

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM saúda o Sr. Deputado Carlos Furtado pelo seu Projeto de Resolução com o intuito de uma campanha institucional de

promoção dos Açores, através dos produtos láteos produzidos nesta Região e que sejam exportados para o Continente português.

Apreciámos a sua originalidade no seu projeto ao não se ver, pela capacidade de dinamizar o setor dos lacticínios, dando-lhes mais oportunidades de crescer nas vendas, e que são produtos de primeira necessidade, logo, são vistos, comprados por imensa população e diversas vezes.

Com este Projeto de Resolução parece-nos que será dada mais uma oportunidade às empresas de lacticínios de se insurgirem para (e esperamos que seja de certo modo) conseguirem valorizar o preço do leite e, nesse sentido, chegue aos nossos produtores que são a base deste setor.

Fazer apenas referência a uma notícia que em tempos vi, de um país, o qual não me lembro, em que utilizavam os pacotes de leite com a sua grande visibilidade em todo o mercado para partilhar imagens de pessoas desaparecidas, para que sejam vistas por muita gente, com o objetivo de, no fundo, encontrar essas ditas pessoas.

Então este dado comprova que o Projeto de Resolução do Sr. Deputado Independente Carlos Furtado tem pernas para andar e ajudar o setor dos lacticínios e, num todo, a nossa Região.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PPM aprecia o seu Projeto de Resolução e votará a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor.

Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que estamos todos de acordo de que a promoção dos nossos lacticínios é um meio essencial para o sucesso desta atividade económica e da nossa vocação base da bovinicultura de leite.

Todas as iniciativas que veem neste sentido da promoção, quer de forma genérica, quer de forma específica, criativa, indicando os meios, o objetivo e os métodos a utilizar, é bem-vinda porque todos seremos poucos para pensar, refletir e encontrar meios para sair desta profunda crise que o setor dos lacticínios está mergulhado nos Açores.

Nós queremos afirmar esta nossa produção, mas afirmar esta nossa produção e afirmar esta nossa vocação num contexto nacional e europeu, em que as marcas brancas e a grande distribuição dominam os preços.

Ora, isto cria dificuldades em toda a fileira; isto cria dificuldades no preço pago ao produtor.

Parece que começa a haver sinais de recuperação desse preço pago ao produtor. Ainda não é o preço ideal, ainda não é o preço que consegue equilibrar aquilo que é o aumento dos custos de produção, designadamente os cereais, designadamente os combustíveis e os fertilizantes, que estão numa escalada de aumento dos preços, e que isto não é seguido, não é acompanhado pelo preço que os produtos são vendidos pelo produtor.

Portanto, muito ainda há a fazer e muito assim o faremos.

É nesse sentido que esta proposta de Resolução é vista com bons olhos pelo Governo Regional como outras que venham contribuir para esta mesma afirmação.

Interessa agora articular com as indústrias lácteas aquilo que dever ser essa despesa de promoção, aquilo que deve ser essa articulação na promoção, o público e acima de tudo (muito importante) avaliar os resultados.

Nós não podemos implementar as políticas sem deixar de ter em mira a avaliação dos resultados, porque avaliando os resultados poderemos melhorar, no caso em apreço, as nossas campanhas de promoção ou outro tipo de política implementada.

É neste sentido que o Governo Regional vê com bons olhos e aceita esta proposta, que é mais um contributo, como foi a iniciativa do PS há uns meses atrás, para esta articulação e, no fundo, estamos todos de acordo nesta afirmação exterior dos nossos produtos láteos, que são produtos de qualidade intrínseca, tem uma forte relação nutricional e pretendemos continuar a certificar este mesmo produto que é o leite.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver... Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tentando ser breve, porque o tempo de um Deputado Independente é incomparavelmente menor do que o das outras bancadas, é certo, mas começando, como se deve começar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando por reconhecer que efetivamente este Governo de direita tem feito um trabalho, dentro do possível, no apoio ao setor da pecuária e da agricultura também, reconhecendo também e não querendo medir se este Governo tem feito mais ou menos do que o Governo anterior, porque no meu entender acho que tem feito mais, mas também tem a obrigação de intervir mais neste setor, porque como o Sr. Secretário disse, e muito bem, os fatores de produção, nos últimos meses, têm aumentado exponencialmente, o que obriga a um esforço, adicional por parte do Governo, no sentido de socorrer esse setor da atividade, portanto, reconheço efetivamente que há trabalho deste Governo, mas também houve de outros, é certo, agradecendo esse trabalho, passo agora a dirigir-me à bancada do Partido Socialista, onde,

tentando responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Silva, e começando por agradecer o apoio já manifestado pelo Partido Socialista relativamente à iniciativa, direi o seguinte:

Relativamente à questão que me levantou de haver alguma incongruência relativamente à questão que colocou, não, não existe, Sr. Deputado.

Eu tenho por princípio próprio, quando apresento uma sugestão qualquer, gosto de indicar como é que se resolve a questão. Isto não é uma crítica, não é uma observação, nem sequer é um recado a ninguém. É a minha forma de estar na vida e ao dizer que se criava essa iniciativa que achei por bem, porque é assim que costumo funcionar, dizer de onde é que deve provir os valores para alocar a essa iniciativa, porque assim fica devidamente esclarecido.

Pois se é da verba atualmente atribuída para a promoção turística que se deve ter esse valor, se eu não tenho dúvidas que há de ser desta verba, porque isto é uma promoção turística, de uma forma diferente, é certo, mas deixa de ser uma promoção turística, daí que, desculpe discordar de si, mas eu acho que não há nenhuma incongruência nesta minha forma de ver a atribuição de valores para essa campanha,

Dizer também, relativamente ao PPM, pela advertência que fez, quando falou no setor da transformação dos produtos láteos, que efetivamente não se trata aqui de um apoio às empresas de laticínios, não pode ser visto como tal. O que se trata aqui, essencialmente, é de diminuir a dependência das empresas dos setores de laticínios relativamente à grande distribuição e, por essa via, também, os nossos produtores agrícolas ficarão menos dependentes da grande distribuição. Ou seja, por entreposta mediação das empresas de laticínios, se houver alguma libertação da grande distribuição, pois com certeza teremos aqui condições para que o nosso produto seja valorizado, devidamente valorizado, e não esteja exposto, passe a expressão, à eira da grande distribuição que se move efetivamente por números e lucros.

Portanto, essa iniciativa pretende efetivamente que haja alguma libertação nos nossos produtores relativamente a essa grande distribuição.

Por último, não posso deixar de agradecer ao Sr. Deputado José Pacheco pela forma como se dirigiu a esta iniciativa. Mostrou uma vez mais a pessoa que é, os propósitos políticos que o movem, a forma hipócrita como este senhor...

Deputado José Pacheco (CH): Não fale de mim, se faz favor!

O Orador: ... frequentes vezes vai ao mercado agrícola dizer que está ao lado dos produtores agrícolas, quando, numa altura destas, mostra precisamente que o que o move é apenas a sua imagem pessoal, o seu ego pessoal.

Mas os açorianos percebem isso, e não basta fazer notas de imprensa tantas vezes às costas das iniciativas e dos votos apresentados por outros partidos que faz notas de imprensa, com se fossem da autoria dele.

É assim que se move o senhor Pacheco, é assim que todos nós o reconhecemos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Fundamente, se faz favor, Sr. Deputado.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Eu acabei de ser insultado.

Presidente: Peço desculpa, não ouvi, Sr. Deputado.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** O senhor não ouviu, ouvi eu.

Presidente: Quais foram os termos?

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Que eu faço notas de imprensa, por *print* de notas de imprensa, tenho direito a defesa. Pois, não, Sr. Presidente?

Presidente: Faz favor. Tem três minutos para um protesto.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, eu tenho que aturar muita coisa, mas ter de aturar falsidade, mentira e difamação nas redes sociais, ainda vamos aguentando isso. No Parlamento, eu não admito.

Este senhor não só acabou de me insultar a mim, como acabou de insultar os açorianos e os lavradores açorianos. Quanto a isso estamos conversados.

Presidente: Sr. Deputado, querendo, tem dois minutos para um contraprotesto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, concordo consigo plenamente, “roupa suja não se lava aqui dentro”.

Portanto, isto é um espaço de debate de ideias, de debate de soluções para a vida dos açorianos e o Sr. Deputado Pacheco fez aqui uma acusação muito grave a dizer que eu insultei os lavradores açorianos.

Eu não percebi onde é que eu insultei os lavradores açorianos. O Sr. Deputado Pacheco... Pronto, percebemos!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Continuam abertas as inscrições para o debate.

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 74/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário, pode anunciar a votação.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 74/XII foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 voto contra do Chega.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome dos açorianos, e especialmente daqueles que têm as suas atividades económicas mais relacionadas com o turismo, mas também com a agricultura e com a agropecuária, quero aqui deixar um agradecimento a todos os partidos que, independentemente, das diferenças de matriz ideológica, e hoje não estou a representar nenhum partido, é certo, mas daquela que é, manifesta e reconhecidamente, a minha matriz ideológica, reconheço aqui, por parte dos outros partidos, efetivamente, a maturidade, o princípio que os norteou, na votação deste diploma que acabou aqui de ser apresentado.

Portanto, em nome de todos eles um bem-haja e é por isso que estamos aqui todos, em nome da defesa da qualidade de vida deste bom povo açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais manifestações para declarações de voto, damos por encerrado este ponto da nossa Agenda, e avançamos para o ponto oito:

Petição n.º 6/XII – “Por uma cobertura global de rede móvel e serviço de fibra ótica residencial em Santa Maria”, apresentada por Marco André Braga Carvalho, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento. Os tempos aprovados pela Conferência de Líderes são de 8 minutos para cada Grupo e Representação Parlamentar e 5 minutos para o Sr. Deputado Independente.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 6/XII

“Por uma cobertura global de rede móvel e serviço de fibra ótica residencial em Santa Maria”

INTRODUÇÃO

A 17 de maio de 2021, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 6/XII, intitulada “Por uma cobertura global de rede móvel e serviço de fibra ótica residencial em Santa Maria”, cujo primeiro signatário é Marco André Braga Carvalho. Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Economia, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto. Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “comunicações”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Economia.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Economia procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

O primeiro peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que *“Vivemos numa era em que o recurso à tecnologia é cada vez mais premente e transversal às mais diversas áreas de atuação.*

A internet revolucionou a nossa forma de comunicação e relacionamento social. Transformou, profundamente, o modo como interagimos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, consumimos e nos divertimos, trazendo benefícios na utilização das tecnologias através do fácil acesso ao conhecimento e à informação.

Santa Maria é cada vez mais procurada por indivíduos que pretendem trabalhar à distância, onde se incluem vários jovens Marienses que cada vez

mais vêm no trabalho à distância uma solução aliciante para regressar a Santa Maria.

Após a instalação da rede de fibra nas zonas de Vila do Porto, Aeroporto e Anjos, as restantes zonas da ilha de Santa Maria mantêm-se com serviço IPTV, suportado numa rede de cobre extremamente débil e degradada, sendo que a própria qualidade e funcionalidade do Serviço IPTV se encontra muito aquém do mínimo exigido, prejudicando, claramente, todos os Marienses.

Esta é uma situação incomportável para as populações e empresas Marienses, numa altura em que o teletrabalho e o ensino à distância são, cada vez mais, uma realidade do dia-a-dia.

Numa ilha em que se pretende continuar a instalar a mais alta tecnologia, inclusive espacial, não se compreende como a maioria das freguesias se encontra desprovida da cobertura de fibra ótica, bem como de um serviço de rede móvel de qualidade.

Considerando que é de extrema importância uma cobertura global do território da ilha de Santa Maria, no que diz respeito à cobertura da rede móvel para voz e dados e de internet de qualidade, através do serviço de fibra ótica residencial;

Considerando que a rede fibra estende-se por todas freguesias, interligando as estações, faltando só que a mesma seja disponibilizada para os clientes residenciais;

Considerando que todas as localidades da ilha, abrangendo tanto clientes particulares como empresariais, merecem o mesmo tipo de oportunidades, potenciadas pela equidade no acesso à tecnologia da informação;

Considerando que é fundamental a eliminação total de zonas onde a rede de telemóveis apresenta falhas;

Considerando que os pontos anteriores merecem um apoio consensual entre todos os autarcas eleitos deste município, vimos, por este meio, peticionar o seguinte:

- *O acesso a uma internet de alta velocidade para todo e qualquer consumidor, desde o mais modesto agregado familiar à empresa mais sofisticada, que possa garantir maior eficiência nos serviços prestados por qualquer entidade da ilha, especialmente num contexto pandémico, onde o teletrabalho é uma opção de segurança e um imperativo decorrente de situações de emergência ou calamidade;*

- *A cobertura integral no que diz respeito à rede móvel para voz e dados, através da eliminação de falhas no acesso, nomeadamente nos lugares das Feteiras de Santa Bárbara, Lagoínhas (freguesia de Santa Bárbara), Feteiras de Fátima (freguesia de São Pedro), e Alagoa, Malbusca, Maia e Castelhana (freguesia de Santo Espírito), uma vez que se apresenta como uma necessidade premente, não só para quem reside nesses locais, mas também para quem por lá passa, bem como, um melhoramento em toda a rede móvel da restante ilha”.*

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Economia deliberou proceder às audições do primeiro peticionário, Marco André Braga Carvalho, do representante nos Açores da ALTICE, do Presidente da Câmara de Vila do Porto, do Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, do Representante nos Açores da ANACOM e da Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações.

As audições do Presidente da Câmara de Vila do Porto, do Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, do Representante nos Açores da ANACOM e da Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações ocorreram no dia 9 de julho de 2021, pelas 12h00, 15h00, 15h30 e 16h00, respetivamente.

A audição do peticionário ocorreu no dia 10 de novembro de 2021, pelas 10h30.

- **Audição do Presidente da Câmara de Vila do Porto:**

O Presidente da Câmara de Vila do Porto, Carlos Henriques, começou por fazer um ponto de situação da rede móvel e fibra ótica, que julga interligadas, reconhecendo que sempre vai havendo alguma evolução.

Segundo o Autarca, a petição surgiu mais pela situação de Almagreira que envolve a praia, estando a fibra em fase final de instalação, tal como em Santo Espírito, S. Pedro e Santa Bárbara.

Relativamente à rede móvel, reconheceu que a NOS estava um pouco melhor na parte antiga da ilha, contudo as baías não estavam cobertas. Sobre a MEO referiu que tinha a melhor cobertura, mas também com manchas negras.

Disse, ainda, que a cobertura eficiente tinha importância em termos de proteção civil.

Ainda sobre a rede móvel, adiantou que o processo de cobertura na Maia se arrastava há 4 ou 5 anos, havendo a necessidade de instalar uma antena numa falésia porque é uma zona muito frequentada no verão, onde se incluem os emigrantes.

Afirmou, também, que da parte da VODAFONE também havia vontade de melhorar o seu serviço.

Em termos gerais afirmou que a melhoria da cobertura na Marina e no Cais Comercial estavam dependentes da instalação de uma nova antena. O aeroporto, que tem uma cobertura deficiente, era, também, um assunto pendente.

O Deputado Rui Martins perguntou que diligências a autarquia fez e quais as datas previstas da ligação da fibra ótica aos consumidores.

O Presidente da Câmara disse que tinha abordado o assunto com a ANACOM nomeadamente sobre as falhas. Disse ainda que a MEO tinha a melhor cobertura, seguindo-se a VODAFONE e por fim a NOS.

Sobre a fibra ótica, reconheceu o avanço nos últimos tempos, acreditando que a ilha ficará coberta muito em breve.

Disse, ainda, que a VODAFONE perspetivava a instalação de uma antena na Maia.

- **Audição do Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria:**

O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, Jorge Costa, afirmou que esta petição era óbvia, ou seja, tinha como objetivo contribuir para satisfazer as necessidades de cobertura das áreas residencial e empresarial de Santa Maria.

Referiu, ainda, que o Conselho de Ilha tinha conhecimento informal de que a ALTICE estava a distribuir fibra ótica por toda a ilha, seguindo a sequência das freguesias de Almagreira, S. Pedro e Santa Bárbara.

Lamentou por este serviço estar apenas na mão de um operador, o que inviabilizava a concorrência, exigindo, também, que se devia respeitar o que se compra de banda larga.

A Deputada Elisa Sousa perguntou se fazia ideia para quando a cobertura de rede móvel de parte da ilha pela ALTICE.

O Presidente do Conselho de Ilha avançou que cobertura de rede móvel deixava muito a desejar, mas que havia um esforço de coordenação entre entidades para a colocação das antenas das operadoras.

- **Audição do Representante nos Açores da ANACOM:**

O Representante nos Açores da ANACOM fez uma introdução em que avançou com uma série de números, constantes no anexo ao presente relatório nomeadamente sobre a atual cobertura de fibra ótica da Ilha de Santa Maria que abrange 42% dos alojamentos familiares e estabelecimentos, havendo, em termos de freguesias, situações dispare, sendo que a esmagadora maioria das ligações está focada na freguesia de Vila do Porto.

Este resultado coloca o concelho de Vila do Porto em último lugar em termos de cobertura de fibra ótica com os referidos 42%, enquanto a Região conta com 92,4% dos alojamentos e estabelecimentos já cablados com fibra ótica.

No último ano a taxa de crescimento, em Santa Maria, também foi residual, apenas 1,3%.

A ANACOM, através de aplicações acessíveis ao público, atesta as condições de velocidade de *upload* e *download* e verifica que a qualidade da fibra ótica dos Açores é superior à média nacional.

Abordou a transposição do Código Europeu da Comunicações Eletrónicas, ainda na Assembleia da República, que determina, até 21 de dezembro de 2023, um levantamento geográfico da cobertura das redes de comunicações eletrónicas capazes de suportar a banda larga e procedam à sua atualização de 3 em 3 anos e a obrigação da disponibilização do serviço universal.

Segundo o Presidente da ANACOM, o leilão do 5G prevê a cobertura de 75% de cada freguesia dos Açores até 2023 e 90% até 2025 para disponibilização de banda larga até 100 Mbps, que considera já de boa qualidade. As situações em que não haja possibilidades de levar a fibra ótica ou a banda larga a cobertura será feita por satélite.

Referiu ainda que haverá entrada de novos operadores e serão feitos acordos de *roaming* nacionais que possibilitarão os operadores utilizar outras redes em benefício dos clientes.

Deu a conhecer que a ANACOM vai fazer um estudo de avaliação do desempenho dos serviços e das redes móveis já a partir de julho, que vai recolher indicadores de qualidade da cobertura das redes, dos serviços de voz e de dados.

Por fim, chamou a atenção para o facto dos serviços de comunicações eletrónicas nos Açores, em 2020, terem recebido 44% do total de reclamações e o serviço postal 56%. No caso de Santa Maria as comunicações receberam apenas 7% do total das reclamações, enquanto os serviços postais foram de 93%.

A Deputada Elisa Sousa questionou o Representante da ANACOM para quando o acesso à fibra ótica na Freguesia da Almagreira.

O Convidado explicou que levar a fibra até onde há menos pessoas não proporcionava o respetivo retorno, pelo que só com dinheiros públicos seria possível levar esse serviço até todo o lado e o negócio seria depois disso.

Referiu que em 2009 foram desenvolvidas as redes grossistas através da Fibroglobal e o estado forneceu essa ajuda, esclarecendo que a MEO ALTICE era a única retalhista de uma rede que deveria ser utilizada por outros operadores, significando, isto, uma entorse ao objetivo do investimento.

Acrescentou que tomaram medidas para que o preço do grossista baixasse, mas os clientes ficam dependentes de um só operador, o que não garante ofertas competitivas e que seria muito difícil que todos as operadoras tivessem a sua própria rede, sendo o mais razoável manter uma rede partilhada.

• **Audição da Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações:**

A Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, em primeiro lugar, achou que tinha sido importante a Comissão de Economia proceder à audição da ANACOM, porque, de facto, é esta entidade que pode ajudar a resolver o problema, quer da fibra ótica, quer da rede móvel. “Sem eles, poderemos fazer pouco ou nada”, referiu a Governante.

Disse que esta matéria, apesar de não ser da competência do Governo Regional dos Açores, tem desenvolvidos esforços para resolver este tipo de situações que ainda subsistem.

Acrescentou que a sua Secretaria Regional tem mantido contatos com o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, com a ANACOM, com a Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais e com os operadores

de telecomunicações a operar nos Açores a fim de estabelecer uma plataforma de convergência de sinergias e estratégias a fim ver-se a possibilidade de conseguir financiamento comunitário para resolver este tipo de constrangimento.

Disse ainda que, conforme é sabido, as operadoras de comunicações cumprem com as suas obrigações no âmbito da fibra ótica e das comunicações móveis, daí a importância de conjugar esforços no sentido de melhorar o serviço.

Acrescentou que o Governo tem tentado sensibilizar as autoridades nacionais e europeias, perante a inexistência de motivação comercial, para a necessidade de instalação de infraestruturas consideradas estratégicas para os Açores com o recurso a fundos comunitários.

Disse, ainda, que o sucesso na transição digital depende da existência da acessibilidade, sendo que esta assume - a par da terrestre, aérea e marítima - papel importante na fixação das populações, combate à infoexclusão, acesso aos serviços públicos, à formação e desenvolvimento de competências importantes para a competitividade das ilhas.

Referiu que a ALTICE está a fazer um aumento da cobertura da sua rede móvel na zona do aeroporto e na baía da Maia, em Santa Maria.

Depois referiu os diversos investimentos que o Governo tem feito ao acompanhar o desenvolvimento da rede de fibra ótica, nomeadamente com a construção de condutas na rede viária regional, para um operador grossista passar os cabos de fibra ótica, e a implementação de diversos programas especiais para a implementação do 5G, que já se candidataram para não ficar atrás do que se está a fazer no continente.

O Deputado Marco Costa perguntou se havia alguma indicação para obviar o passivo ambiental pela não retirada do ADSL. Diz conhecer casos em várias ilhas em que os operadores montam os novos equipamentos e redes e não retiram as antigas.

A Governante afirmou que o Governo Regional não tinha intervenção sobre essa matéria, mas podiam sensibilizar as operadoras para esse facto.

A Deputada Elisa Sousa perguntou se havia alguma indicação da ALTICE sobre a disponibilização da fibra.

A Secretária Regional informou não tinha conhecimento dessa indicação, mas que estavam a ajudar numa intervenção na rede móvel do Aeroporto e na Maia.

- **Audição do peticionário, o cidadão Marco Carvalho:**

O peticionário Marco Carvalho começou por dizer que esta petição surgiu face às enormes dificuldades e constrangimentos sentidos no acesso à internet na ilha de Santa Maria, reconhecendo que hoje essas situações estão, muitas delas, ultrapassadas.

Referiu, ainda, que, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, freguesia com os piores acessos à internet, fez inúmeros contatos para tentar resolver o problema e que a resposta era sempre a mesma, ou seja, que estavam à espera da montagem da fibra ótica.

Acrescentou que fez inúmeras reclamações e contatos com outros presidentes de junta, exigindo a disponibilização da rede de fibra ótica a todas as pessoas da ilha.

Disse ainda que esta petição também se justificava para trazer o assunto para cima da mesa e fortalecê-lo, reconhecendo, também, que desde a sua entrada na ALRAA muita coisa já tinha sido feita, exemplificando com o caso da Freguesia da Almagreira.

A Deputada Elisa Sousa pediu da palavra para agradecer o empenho dos peticionários fazendo votos para que a situação fique resolvida em toda a ilha.

O Deputado Carlos Furtado perguntou, sobre o serviço agora instalado, se havia limitações técnicas e se qualquer pessoa poderia recorrer a este serviço e qual a demora da sua instalação.

Marco Carvalho, a esse propósito, esclareceu que apenas é necessário fazer o contato com a empresa gestora para se efetuar a migração para o novo serviço, acrescentando que, a exemplo do seu caso pessoal, a valor da mensalidade pode baixar cerca de 15 euros. Relativamente ao tempo para a sua instalação, esclareceu que era rápido e com hora marcada, havendo apenas algumas situações mais demoradas por questões administrativas, como os casos de contratos em nome de outras pessoas.

Relativamente à solicitação da Comissão de Economia para audição ao representante nos Açores da ALTICE, a mesma informou a comissão que as áreas de Engenharia da ALTICE Portugal iriam proceder à recolha de elementos necessários para o endereçamento das questões aí suscitadas e que, posteriormente, seria remetida resposta às mesmas, resposta essa que foi rececionada no dia 20 de julho de 2021 e que fica anexa ao presente relatório.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões do peticionário, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por unanimidade, com votos favoráveis do PS, do PSD, do CDS-PP e do Deputado Independente:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 411 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. Segundo a ANACOM, e relativamente ao acesso à Internet, “atendendo à existência de várias freguesias que tendencialmente se

encontram sem cobertura de banda larga móvel, foram fixadas obrigações de cobertura aos operadores MEO, NOS e VODAFONE (operadores com direitos de utilização de frequências nos 800 MHz)”;

3. A 09/11/2012 a ANACOM publicou, ainda segundo este regulador, “a lista das 480 freguesias onde estes operadores ficaram obrigados a disponibilizar serviços de banda larga móvel. As obrigações de cobertura tinham de ser cumpridas no prazo de 6 meses (para 50% das freguesias) e de 1 ano (para 100% das freguesias), até 10 de setembro de 2016 e 10 de março de 2017, respetivamente. As freguesias abrangidas consideram-se cobertas sempre que seja disponibilizado um serviço de banda larga móvel que cubra, pelo menos, a sede da respetiva junta de freguesia”;

4. Consultando a lista das 480 freguesias, nada é referido sobre as freguesias de Santa Maria;

5. A 18/02/2016 a ANACOM, ainda segundo aquela entidade, “impôs à MEO, NOS e VODAFONE obrigações adicionais de cobertura, que abrangem 588 freguesias identificadas como potencialmente sem banda larga móvel e que acrescem às 480 freguesias anteriormente identificadas. Cada um dos operadores deverá cobrir 196 das 588 freguesias, considerando-se que as freguesias se encontram cobertas sempre que seja disponibilizado a 75% da população de cada freguesia um serviço de banda larga móvel que permita uma velocidade de transmissão de dados de 30 Mbps”;

6. Em 2016 as ofertas de serviços em fibra ótica, no País, cresceram 28,6% alcançando 1 milhão de assinantes;

7. Em 2019 a fibra ótica passou a ser o primeiro acesso aos serviços de televisão com 1,47 milhões de assinantes. No final desse ano, mais de metade (50,6%) dos acessos à Internet em banda larga fixa foram feitos através de fibra ótica;

8. A 1 de outubro de 2020 presidente executivo da ALTICE Portugal, anunciou que durante 2021 a operadora iria investir um total de nove milhões

de euros para renovar a rede móvel e levar fibra ótica a todo o arquipélago açoriano;

9. Pelas audições feitas, sobretudo a audição do regulador (ANACOM), foi possível determinar que já são visíveis progressos na cobertura da rede móvel e no acesso à internet através da fibra ótica em todas as ilhas, incluindo as freguesias de Santa Maria;

10. No entanto a taxa de cobertura dos alojamentos e estabelecimentos no concelho de Vila do Porto é de 42%, a mais baixa de toda a Região;

11. Naquela ilha persistem zonas sombra que as entidades públicas têm vindo a denunciar e a exigir a sua resolução;

12. Da parte das operadoras, a Comissão de Economia identificou vontade em avaliar a resolução dessas lacunas;

13. Não há evidências do incumprimento das obrigações contratuais por parte das operadoras;

14. Segundo a ANACOM, o leilão do 5G prevê a cobertura de 75% de cada freguesia dos Açores até 2023 e 90% até 2025 para disponibilização de banda larga até 100 Mbps;

15. Os acordos de *roaming* nacionais também serão um contributo para melhorar o serviço de comunicações e de dados;

16. Da parte do Governo Regional dos Açores tem havido um acompanhamento das situações identificadas e colaboração para facilitar a distribuição da fibra ótica e da rede móvel de modo mais eficaz;

17. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Graciosa, 9 de dezembro de 2021.

O Relator, José Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório encontra-se anexo o parecer da ALTICE Portugal.

O Presidente, Sérgio Ávila

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, relator da Comissão de Economia.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições para apreciação desta Petição.

Sra. Deputada Elisa Sousa faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de saudar o primeiro subscritor, o Sr. Mário Carvalho, e através dele todos os peticionários, por esta iniciativa cívica, que nos traz um assunto muito pertinente.

Esta petição surge numa altura em que a ilha de Santa Maria possuía fibra residencial instalada apenas nas zonas de Vila do Porto, aeroporto e dos Anjos, sendo que as restantes zonas da ilha se mantinham com serviço de IPTV, assente numa rede de cobre, débil, e com débitos de dados que ficavam muito aquém dos mínimos exigidos.

Felizmente, nos últimos meses, têm sido desenvolvidos esforços para a disponibilização da fibra residencial nas restantes freguesias, sendo que, recentemente, este serviço foi disponibilizado na freguesia de Almagreira, pelo que se espera que seja distribuído às restantes freguesias o mais brevemente possível.

Para além da fibra esta petição refere também os problemas existentes relativamente à cobertura da rede móvel para voz e dados, em diversos lugares da ilha, alertando para a necessidade de se corrigir estas falhas no acesso, por forma a permitir a todos os que nestes locais residem ou passam, possam usufruir de melhores condições e de melhores serviços de internet, de voz e de dados.

Esperamos que com a conclusão o leilão 5G, e que irá garantir o acesso a este 5G, em todas as freguesias e com a instalação da fibra que já se faz sentir, sejam mitigadas estas situações.

Numa época em que a internet e as comunicações móveis fazem parte do nosso quotidiano, é imperativo garantir as condições necessárias para que a população possa usufruir das novas tecnologias, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD agradece uma vez mais aos peticionários por terem trazido estas preocupações dos marienses a esta Assembleia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer o direito cívico exercido por estes cidadãos e pelo primeiro peticionário, a chamar a atenção para um problema que existia, e que é conhecido de todos em Santa Maria, e que, em boa hora, o fez.

Contudo, como o próprio peticionário referiu na sua audição, quer também como foi referido e corroborado pelo Sr. ex-Presidente da Câmara, esse problema que existia está, de alguma forma, minimizado, embora não esteja completamente resolvido.

Não deixa de ser relevante que aceitamos como boa a explicação que é dada no sentido de dizer que os constrangimentos existentes numa ilha, como Santa Maria, muitos deles se devem à questão da orografia e depois também pela distância à base das antenas e pelos locais onde as freguesias tinham mais problemas se encontram, isso é tudo verdade.

Esperamos, sinceramente, que a confirmar aquilo que é dito pela Altice, da instalação de duas novas antenas, que possa de alguma forma vir, se não resolver, pelo menos reduzir ao máximo esses problemas e constrangimentos que existiram.

Também é importante recordar que, em sede audição, lamento, e para o Partido Socialista não pode deixar de ser referido, o Sr. Presidente da ANACOM referiu que só com dinheiros públicos é que se pode levar o serviço a todo o lado, empurrando assim, de alguma forma, para o Governo, o ónus de fazer esse trabalho, e depois a Sra. Secretária, em sede de audição, devolver o empurrão, dizendo que a ANACOM é que pode ajudar a resolver o problema da fibra ótica e da rede móvel, e sem eles não podemos fazer nada ou muito pouco.

Portanto, o empurrar de um lado para o outro pouco, ou nada, ajudará a resolver esse problema. Nós sabemos e compreendemos que existem constrangimentos ou dificuldades, que são aceitáveis e são, de certa forma, compreensíveis se forem devidamente explicadas, não pode é ser só por essa via.

É importantíssimo, e reconhecendo a bondade das declarações da Sra. Secretária quando diz que as acessibilidades, numa Região como a nossa, são importantíssimas, quer as terrestres, quer as marítimas, quer as aéreas e também as de comunicações.

Portanto, Sra. Secretária, esperamos, sinceramente que a visão do Governo relativamente às comunicações seja uma visão de proporcionar uma acessibilidade condigna a todas as ilhas dos Açores e, portanto, mais uma vez também agradecemos a intervenção dos peticionários com este instrumento que aqui nos trouxeram. Portanto, o Partido Socialista agradece aos peticionários terem trazido um importante problema que certamente prejudica, quer os marienses, quer aqueles que nos demandam para trabalhar, ou até de férias. Portanto, é essa nossa posição sobre esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM saúda, naturalmente, todos os peticionários que se associaram a esta exposição de motivos, bastante esclarecedora e bastante bem redigida e que faz notar a necessidade das boas comunicações nas nossas ilhas, pois este assunto é transversal a outras que enfrentam as mesmas dificuldades.

Existe luz ao fim do túnel com um leilão do 5G, anunciado pela Autoridade Nacional das Comunicações, que obriga os operadores a garantir a toda a Região uma cobertura de qualidade de serviço bastante elevada.

Essa cobertura será a todos municípios e a todas as freguesias, cobrindo 75% da população em menos de dois anos, ou seja, até 2023, com a velocidade de 100 megabyte por segundo.

Esperamos, piamente, que assim seja e que as palavras se transformem em antenas e que os açorianos tenham comunicações com o sinal e velocidade desejados.

Portanto, saudamos mais uma vez os peticionários e esperemos que essas concretizações sejam realizadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Começar por saudar a atitude cívica dos petiçãoários na pessoa do irrequeto cidadão, Sr. Marco Carvalho, ex-autarca de freguesia, e lembrar que o acesso à rede móvel de dados é hoje fundamental para o nosso dia-a-dia. Até agora o Governo da República obriga-nos, inconstitucionalmente a preencher um documento para nos deslocarmos a Portugal.

Portanto, esta exigência de termos uma cobertura de rede móvel e de internet física é fundamental para cumprirmos até as nossas necessidades de deslocação.

Lamento que a ANACOM, sendo regulador nacional, empurre para o Governo da Região essa responsabilidade e lamento também que a ANACOM, enquanto regulador, e enquanto delegação na Região Autónoma dos Açores, tenha tido uma certa passividade num passado ainda recente sobre a resolução desse problema, parecendo-me aqui também uma situação de centralismo, não como aquele que dizia aqui ontem, no eixo longitudinal Belém/São Bento/Terreiro do Paço, mas um centralismo de um eixo Ponta Delgada/Angra/Horta.

Parece-me que, para além disso, não há mais nada.

Ora, é fundamental que nestas circunstâncias e, mesmo tendo em conta as dificuldades referidas pelo Sr. Deputado João Vasco Costa que têm a ver com a orografia do terreno, a ANACOM faça pressão sobre as operadoras a quem cobra taxas para fazerem essa própria operação, e vive dessas taxas, que a ANACOM seja ela, na qualidade até de regulador, quem tem de exigir das operadoras que cubram o território nacional, neste caso o território da Região Autónoma dos Açores.

Uma vez mais saudar os petiçãoários por essa atitude cívica e reiterar a posição de exigirmos ao regulador nacional o cumprimento daquilo que também compete à República também cumprir na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do CDS gostaria de saudar os peticionários, na pessoa do primeiro subscritor desta petição, o Sr. Marco Carvalho, pela atitude cívica de fazer chegar a esta Casa um constrangimento com que a população de Santa Maria se vê confrontada, nomeadamente a falta de cobertura global de rede móvel e serviço de fibra ótica residencial.

Se alguém achasse que isso poderia não corresponder à verdade, foi bem notório durante as audições em sede de comissão, uma vez que utilizamos meios telemáticos e foi, por vezes, muito difícil esse contacto, tanto com os deputados, como as pessoas que estavam a ser ouvidas nessa comissão, exatamente pelas debilidades e a fragilidade, ou pelo menos a dificuldade que tinha no acesso à rede.

Efetivamente isso foi notório e comprovou a pertinência desta petição e, no fundo, a pertinência e esta situação com que os marienses se veem confrontados.

Também foi notório, e felizmente desde que a petição entrou aqui na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foram dados alguns passos, no que concerne à rede de fibra ótica residencial. Isso é de saudar.

No entanto, continuam a verificar-se as tais zonas sombras, sobretudo na rede móvel, que deixam, no fundo, isolados, vários pontos da ilha de Santa Maria.

Obviamente que não é agradável, e aí subscrevo as palavras do Deputado Nuno Barata, esse empurrar de responsabilidades, no fundo, tanto por parte da Autoridade Nacional das Comunicações, porque efetivamente quando são lançados os leilões para a cobertura de rede, prevê-se uma cobertura mínima por freguesia, e é no território num todo nacional, é por freguesia. O que se espera dessa autoridade é que faça essa fiscalização e que, no fundo, haja o cumprimento desses contratos.

Neste caso, por um lado, julgamos que o facto de estarmos a discutir este assunto, tanto em sede em comissão, como aqui, é contribuir para a resolução

do problema, mas consideramos que talvez, agora neste próximo leilão do 5G, que tem exatamente também essas taxas mínimas de cobertura por freguesia, no arquipélago, que possam ser resolvidos, de uma vez por todas estes constrangimentos, de acesso à rede móvel e de fibra ótica residencial na Ilha de Santa Maria.

Resta-me, uma vez mais, saudar estes peticionários, que, em boa hora, fizeram valer as suas preocupações e fizeram chegar a esta Casa para que se desenvolvessem diligências que pudessem, pelo menos, confrontar as autoridades com esta realidade.

Dessa forma saúdo novamente os peticionários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor. Tem a palavra.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE cumprimenta as 411 pessoas que assinaram a presente petição, na pessoa do seu primeiro subscritor Marco Carvalho, pelo seu ato de cidadania, de participação na vida cívica, pelo seu espírito crítico construtivo e por nos fazerem chegar o seu desagrado.

A petição “Por uma cobertura global de rede móvel e serviço de fibra ótica residencial em Santa Maria”, que aqui nos trazem, reivindica o acesso à internet de alta velocidade a todo e qualquer consumidor da ilha de Santa Maria, bem como a cobertura integral no que diz respeito à rede móvel, em lugares de freguesias desta ilha que ainda não o têm, tais como Santa Bárbara, São Pedro e Santo Espírito, bem como, o melhoramento em toda a rede móvel da restante ilha.

Todos e todas nós sabemos da importância e do papel fulcral que a internet tem no nosso quotidiano, seja na vertente lúdica, seja na vertente académica

ou laboral. É inaceitável que persista o erro de deixar de fora deste serviço as localidades mais remotas, colocando de lado toda a apregoada continuidade e coesão territorial.

A situação pandémica que atravessamos acentuou ainda mais a necessidade de ter um serviço de internet funcional, pois as restrições impostas fizeram com que estudantes, trabalhadores, serviços, entre outros, realizassem as suas tarefas a partir de casa.

Este não é um problema somente da ilha de Santa Maria, nem é a primeira vez que temos uma petição com o mesmo teor.

Infelizmente, e no auge da transição digital, em que muito se faz através da internet e do telemóvel, mantemos localidades, sem acesso a net, nem a rede móvel.

Poderão surgir os mais diversos argumentos de percentagens de coberturas e a quem compete, mas na verdade há localidades nesta região que não se viram “achadas” nesta matéria. É triste estarmos aqui, nos dias de hoje, falando desta falha. É de lamentar que tenhamos residentes nesta região a reivindicar um tema destes.

Salientamos também que a resolução desta situação tem um papel importante na resolução de outros problemas que os Açores atravessam, nomeadamente na fixação de pessoas, no combate à infoexclusão, no acesso aos serviços públicos, à formação e no desenvolvimento de competências importantes de todas e de todos.

O Governo Regional, enquanto agente político responsável pela defesa dos direitos e dos interesses das populações açorianas tem de ter um papel ativo, também, nesta questão reclamando junto da ANACOM.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos dar por encerrada a apreciação desta Petição e avançar com os nossos trabalhos.

Passamos para o ponto 11, uma vez que os pontos nove e dez, já tratámos destes assuntos no primeiro dia de trabalhos. O ponto 11 é o: **pedido de urgência da Anteposta de Lei n.º 4/XII – “Primeira alteração ao Decreto Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PPM. Trata-se de um pedido de urgência sem dispensa de exame em Comissão, ao abrigo dos nossos artigos 146.º e 147.º.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo da República aprovou, e foi publicado, um Decreto-Lei que estabelece a atualização da retribuição mínima mensal garantida.

A mesma, significou um aumento de cerca de 40 euros, ou seja, a retribuição mínima mensal garantida ficou estabelecida nos 705 euros, a nível nacional.

Evidentemente que a nível regional, tendo em conta também aqueles que são os mecanismos utilizados de compensação, a nível regional, esta retribuição mínima mensal garantida ficou estabelecida nos 740.25 euros.

Devo dizer que, do ponto de vista daquele que é o mecanismo que foi utilizado por parte do Governo da República para efetuar este esforço de atualização, não é isso que está em discussão. É discutível, se é o melhor, se é o pior, se podia ser outro. A verdade é que foi este é que foi adotado.

Portanto, o Governo da República, e estou a sintetizar, Sr. Presidente, sei que estou a debater a urgência, o que estabeleceu foi que queria um subsídio pecuniário correspondente a uma importância fixa por trabalhador que aufera a retribuição mínima mensal garantida.

Portanto, é este o mecanismo de compensação que foi criado e que, essencialmente devolve às empresas o que pagam à Segurança Social.

Qual é a questão?

A questão está no facto de, sendo o aumento da retribuição mínima mensal garantida algo que é legislado para o conjunto do país, do território nacional, o que acontece é que, em relação ao mecanismo criado para compensar as empresas deste aumento com a despesa no âmbito da Segurança Social, o que foi estabelecido foi que esta medida (e diz no artigo 2.º), apenas se aplica ao território continental. Ora, isto significa claramente que as empresas regionais ficam prejudicadas em relação às suas congéneres nacionais, ou seja, do território continental.

As empresas da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira ficam excluídas deste mecanismo de apoio e de compensação.

Parece-me, que é um assunto absolutamente injusto para a Região, que afeta obviamente a coesão nacional, afeta o tecido empresarial açoriano, afeta os trabalhadores dos Açores e que urge solucionar rapidamente.

Daí esta solicitação de urgência que não dispensa o debate que devemos e temos de efetuar em Comissão, mas que é urgente resolver.

Finalmente, referenciar aqui que espero (há uma questão que está ligada, nestes últimos dias, em relação a esta questão da retribuição mínima mensal garantida) que também o Partido Socialista não se venha a apropriar desta medida, algo que fez, por exemplo, em relação às tabelas de IRS, em que se apropriou do trabalho desenvolvido por parte do Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito da urgência.

O Orador: Termina Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Qual foi o Governo Regional? O que dizia que não era possível?

Presidente: Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência, sem dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Penso que faltarão dois minutos para atingirmos a nossa hora regimental, mas julgo que ninguém se oporá que façamos o nosso intervalo para almoço e regressamos às 15h00.

Até logo.

Eram 12 horas e 58 minutos

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Entramos no ponto 12 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 84/XII – “Pronúncia por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do Projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das**

atividades espaciais”. Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE. Para apresentar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta este pedido de urgência, porque considera que, de facto, este Parlamento e este plenário reunido, é o momento adequado para que haja, por um lado, um debate sobre este assunto, que já foi abordado durante esta sessão plenária, mas acima de tudo para que a Assembleia, com o seu plenário reunido, tome também uma posição política sobre esta proposta.

Obviamente que tendo em conta os prazos que estão em cima da mesa, tendo em conta a oportunidade que é também estarmos neste momento numa sessão plenária, consideramos que este é o momento mais do que adequado e certo para se debater e votar uma proposta sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou então agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima para apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No dia 7 de dezembro foi enviado a este parlamento pela Presidência do Conselho de Ministros, o pedido de parecer ao Projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais.

O Projeto de Decreto-Lei em apreço “aprova o regime transitório do licenciamento de operações de centros de lançamento e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2019, de 22 de janeiro, que estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais”.

Ora, precisamente o referido Decreto-Lei atribui, como não poderia deixar de ser, o poder de regulamentação através de Decreto Legislativo Regional às respetivas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos procedimentos de licenciamento das atividades espaciais a desenvolver nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Estas importantes competências sobre uma atividade emergente, que encerra importantes interesses económicos e militares e com expressão essencialmente na Região Autónoma dos Açores tornaram-se assim parte do adquirido autonómico.

Posteriormente, na Região Autónoma dos Açores, o Decreto-Lei n.º 16/2019, de 22 de janeiro foi regulamentado e foi estabelecido o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais na Região Autónoma dos Açores.

Todo este edifício legislativo não suscitou a nenhuma entidade com competência para tal, qualquer dúvida quanto à sua constitucionalidade ou legalidade.

Ao abrigo desta legislação foi lançado um procedimento concursal em março de 2019 para a instalação de um porto espacial na ilha de Santa Maria, processo que terminou com a exclusão dos dois consórcios que atingiram a última fase, do concurso.

É, no entanto, público a existência de entidades interessadas no lançamento de objetos para o espaço a partir dos Açores.

Neste momento, os nossos órgãos de governo próprio deparam-se com um Projeto de Decreto-Lei do Governo da República que procura fazer tábua rasa do adquirido autonómico na área da atividade espacial.

Esta proposta retira às Regiões Autónomas qualquer poder nesta área, ou pretende retirar qualquer poder nesta área, reduzindo a participação das Regiões Autónomas a uma mera “consulta” ao Governo Regional.

Mais grave, o Projeto de Decreto-Lei cria um regime transitório para licenciamento de operações de centros de lançamento que afasta grande parte do Decreto-Lei n.º 16/2019, de 22 de janeiro.

Afasta inclusive a Autoridade Espacial regional e nacional, atribuindo ao Ministro da Ciência e Ensino Superior e ao Ministro da Defesa o poder de licenciamento aplicável às operações dos centros de lançamento, sendo a participação das regiões resumida também a uma mera “consulta” ao Governo Regional.

Em suma, este Projeto de Decreto-Lei tem como objetivo tornar letra morta o Regime Jurídico de Licenciamento das Atividades Espaciais na Região Autónoma dos Açores.

Pretende ainda criar uma via aberta simplificada ao estabelecimento de centros de lançamento nos Açores ao arrepio da legislação nacional e regional existente e sem que os açorianos, açorianas e os seus órgãos de governo próprio possam decidir sobre as atividades que se realizam no seu território.

Este Projeto de Decreto-Lei, se aprovado, constituirá um intolerável ataque ao regime autonómico, violando o princípio do adquirido autonómico previsto no nosso Estatuto Político Administrativo.

Um meio inaceitável para atingir um fim cujos interesses subjacentes se desconhecem. E cada vez mais certas temos que os interesses em causa não são os interesses dos Açores.

Agrava ainda o ataque à autonomia o facto desta proposta estar em vias de aprovação numa altura em que a Assembleia da República se encontra dissolvida e por isso diminuída no seu poder de fiscalização do Governo.

Estamos por isso perante uma tentativa de fugir ao escrutínio e fiscalização por parte da Assembleia da República, por parte do Governo da República.

Sem prejuízo da emissão do parecer pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nos termos regimentais aplicáveis, a proposta em questão, pela gravidade das decisões que nele se propõem, exige por parte do primeiro órgão da autonomia uma pronúncia do seu plenário.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa se pronuncie por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do Projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais por constituir uma violação flagrante do princípio do adquirido autónómico previsto no artigo 14.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que afasta os órgãos de governo próprio das regiões autónomas do licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais relativos a atividades a desenvolver nas Regiões Autónomas.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início de 2019, dado o crescente interesse na indústria espacial, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 16/2019, de 22 de janeiro, com vista a regular, facilitar e promover o acesso e exercício a atividades espaciais em Portugal.

Neste momento Decreto, o artigo 27.º, previa que (e passo a citar), “os procedimentos de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação

prévia, de registo e de transferência de objetos espaciais relativos a atividades a desenvolver nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como o respetivo regime económico e financeiro, são definidos por Decreto Legislativo Regional”.

Em maio de 2019, foi aprovado o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019/A, de 9 de maio, “Regime Jurídico de Licenciamento das Atividades Espaciais”, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores, tendo o mesmo sido alterado recentemente pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2021/A, de julho, de 2021/A, de 22 de julho, de 2021.

O Projeto de Decreto-Lei que está em audição na Comissão de Economia pretende retirar as competências à Região Autónoma dos Açores para legislar em matéria de atividades espaciais, atropelando o nosso Estatuto Político-Administrativo e a Constituição portuguesa.

Trata-se de um ato que viola claramente a autonomia dos Açores, constituindo um claro retrocesso na prossecução de interesses que são tanto regionais como nacionais.

Os Açores tem, ao longo dos anos, vindo a afirmar cada vez mais a sua posição geoestratégica nas mais diversas áreas de atuação.

A ilha de Santa Maria, em particular, já o demonstrou no passado com a construção do aeroporto de Santa Maria, plataforma que serviu as melhores e mais conhecidas companhias aéreas que pretendiam cruzar o atlântico.

No presente, com a NAV II, que presta um serviço de controlo aeronáutico numa área superior a 5 milhões de quilómetros quadrados, o teleporto de Santa Maria e com a RAES, Santa Maria continua a mostrar o seu potencial para estar na vanguarda da ciência e tecnologia.

No futuro, esperamos que Santa Maria possa dar o seu contributo para a indústria espacial, através, não só, da instalação de um porto espacial, mas também através do desenvolvimento de outras atividades ligadas ao espaço.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores acompanha a preocupação e o parecer desfavorável do Governo Regional dos Açores e agora a pronúncia por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do Projeto de Decreto-Lei que desenvolve o Regime Jurídico das Atividades Espaciais, levada a cabo aqui pelo Bloco de Esquerda, considerando que com a aprovação deste Projeto de Decreto-Lei se está a dar um passo atrás no entendimento e no esforço que deverá ser conjunto, entre a Região, a República e entre a União Europeia e que irá conduzir à instalação de um porto espacial em Santa Maria e ao desenvolvimento de uma indústria espacial nos Açores, colocando em causa o interesse de todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor. Tem a palavra

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa do Bloco de Esquerda tem o mérito de trazer, aqui, ao Parlamento, uma questão muito importante para o futuro próximo da nossa Região.

O Partido Socialista sempre agiu e disse, a este propósito, que teríamos de usar a nossa condição geoestratégica para potenciar o nosso futuro e o nosso desenvolvimento. Daí termos acarinhado, há muito tempo, e como muito bem disse a Sra. Deputada Elisa Sousa, a instalação do NAV II, que como é sabido, e contra a vontade de alguns, agradecemos ainda hoje eternamente ao Sr. Presidente da ONU, Eng.º António Guterres, o facto de ter mantido o

NAV II em Santa Maria. Esse foi um dos exemplos, como também aconteceu com a instalação da ESA, posteriormente com a RAEGE. Portanto, sempre dissemos que isso era importante e mais, recentemente, com a ideia de levar a cabo o projeto espacial para Santa Maria aumentando com spaceport esse cluster espacial que lá está a desenvolver-se.

Sempre o dissemos e sempre o fizemos.

Sempre o dissemos e dissemos mais: dissemos que desde que (e desde o início que também dissemos isso) estivessem salvaguardadas as questões ambientais e de segurança para as populações, quer locais, quer até nos Açores, que víamos com bons olhos que este tipo de oportunidade devia e poderia ser aproveitada.

Portanto, sabemos aquilo que até agora temos em mão, que essas questões ambientais e de segurança estariam salvaguardadas, é evidente que o caminho seria obviamente dar seguimento e acarinhar este Projeto, muito importante para a Ilha de Santa Maria, muito importante para a Região e igualmente importante para o país.

Em fase da inércia deste Governo, na questão espacial, que revela, por um lado, desconhecimento, por outro lado, incompetência,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... é óbvio que embora não concordemos e reajamos também contra qualquer atropelo ao nosso adquirido autonómico e à nossa autonomia, percebo que, em termos de projeto (entendemos nós) e do avanço do mesmo, se calhar para Santa Maria, era melhor que esse Decreto-Lei fosse aprovado e que as coisas fossem controladas por Lisboa, porque senão a coisa não anda.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É muito mau!

O Orador: Andamos aqui num limbo de *dolce far niente*, portanto, as coisas não estão a andar.

O argumento que se tem usado até agora é que existem processos em tribunal. Ora bem, existia uma providência cautelar, da qual nós não sabemos a decisão, existe uma ação principal no seguimento dessa providência cautelar,

mas o que é fato é que se esse argumento procedesse, ou fizesse algum sentido, quem se socorre de uma alusão de um concurso, de pareceres técnicos e de um júri, ou acredita efetivamente naquela decisão, ou não tem qualquer receio da decisão judicial que venha a ser tomada, nem medo de qualquer pagamento de indemnizações, porque obviamente se acredita na bondade e no mérito daquela decisão, certamente que a ação lhe será favorável.

Portanto, esse argumento não nos parece proceder e parece-nos ser mais uma evidência da falta de à-vontade nesta matéria que este Governo demonstra.

Mas, salvaguardadas as questões ambientais e salvaguardadas as questões de segurança, dizemos agora outra coisa: nós queremos que este projeto avance, nós desejamos que este projeto avance, mas não é à custa do nosso adquirido autonómico.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, aquela decisão a ser tomada em Lisboa, da forma como está a ser feita, para além de estar ferida de inconstitucionalidade, é um atentado, é um ataque ao nosso adquirido autonómico.

Portanto, nós não concordamos com ela, não aceitamos que isso seja tido, nem tomado dessa forma. Portanto, não temos qualquer dificuldade, ao arrepio daquilo que a estrutura do Partido Socialista diz no continente, aqui dizer que “não, os Açores estão primeiro, nós queremos os Açores, nós queremos o desenvolvimento das nossas ilhas, principalmente ilhas mais pequenas como é Santa Maria”. Portanto, iremos votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir ao Partido Socialista, em todo o seu esplendor. Estamos aqui reunidos, provavelmente, por unanimidade, para aprovar uma pronúncia por iniciativa desta Assembleia, contra uma decisão centralista e contra a autonomia por parte de um Governo da República e a culpa, segundo Partido Socialista, é do Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Chegámos ao ridículo total na política açoriana, com o protagonismo e com protagonistas, o Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ainda hoje, depois daquilo que foi dito aqui ontem, por estas bancadas, pelo líder do Partido Socialista nos Açores, e líder parlamentar do Partido Socialista, e pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, sobre as incidências desta intenção de um Ministro da República do Partido Socialista, depois daquilo que foi dito com toda a correção, mas também veemência e assertividade em termos de defesa da autonomia e dos interesses da nossa Região, que neste caso são os interesses do país, vem o Ministro hoje dizer que pouco está importado com o que é dito aqui, pouco se importa! É um Ministro do Partido Socialista, do alto da sua arrogância, a achar que, para além de não ser conhecedor do direito regional e daquilo que significa as autonomias regionais, no âmbito da Constituição da República Portuguesa, do alto da sua arrogância, faz tábua rasa até dos conselhos que são dados pelo líder parlamentar do Partido Socialista.

Se calhar, Sr. Doutor Vasco Cordeiro, devia pedir aos candidatos do PS para falar com o Governo da República...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

... porque, pelos vistos, segundo o Partido Socialista, estes é que têm efeito junto do Governo da República.

O que aliás digo com algum humor, porque sabe bem o Partido Socialista, e hoje sabemos todos nesta Câmara, que relativamente à questão que o Partido Socialista vem dizer que foram os candidatos do Partido Socialista que resolveram, ficámos hoje a saber, preto no branco, que foi por ação deste Governo, deste Governo Regional, que foi corrigida uma injustiça, senão, se calhar, amanhã estaríamos aqui hoje a fazer uma pronúncia por iniciativa própria relativamente às tabelas de IRS que obrigava os açorianos com o salário mínimo a fazerem descontos de IRS, de acordo com as tabelas que eram propostas pelo Governo da República.

Ficámos hoje a saber que não é por os candidatos do PS se quererem afirmar agora como alguém que está disponível para resolver algum assunto da Região, que isso é tão falso...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quanto aquilo que foi o resultado da intervenção de ontem do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que o único efeito que surtiu junto do Governo da República e do seu Ministro foi o completo desprezo, perdoe-me a expressão, que o Ministro Manuel Heitor tem para com V. Exa., tem para com esta Assembleia, e por isso hoje merece um veemente repúdio e um voto, por unanimidade, nesta Assembleia, por pronúncia contra uma proposta que o Governo da República faz, que é atentatória não só do direito constitucional português, mas sobretudo das autonomias regionais e do direito que têm os açorianos nesta matéria.

Por isso, Sr. Presidente, é com toda a naturalidade, mas sobretudo com toda a convicção que apoiamos esta proposta feita pelo Bloco de Esquerda que vai, de facto, mostrar àqueles centralistas da República que há uma Região Autónoma que não se cala e que faz valer os seus direitos e que, quando é necessário haver sentido de Estado, sentido de rigor, e necessidade de ter

relações institucionais com correção, também somos capazes e felizmente ainda na República poderá haver alguém que tenha em atenção essa matéria.

E quando assim acontece, por ação deste Governo, por intervenção deste Governo, já foi corrigida uma injustiça que estava para ser feita em relação aos Açores.

Infelizmente ficámos todos a saber que o Partido Socialista acha que vale tudo para tentar promover uma candidatura que já todos sabemos que está vetada ao insucesso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, tem V. Exa. inteiramente razão em relação à iniciativa que aqui apresenta nesta câmara. Terá o voto favorável do PPM.

Esta decisão do Governo da República da responsabilidade direta do Ministro Manuel Heitor, significa um enorme atropelo à autonomia dos Açores.

É preciso tomar aqui nesta câmara uma posição muito firme. É necessário que esta câmara condene, de forma veemente, e que se comprometa a alterar estes pressupostos. Como V. Exa. diz, e muito bem, alteram completamente as válvulas de segurança que existiam na legislação regional, que faz disto tábua rasa, que é a expressão que V. Exa. utiliza e muito bem, porque essa legislação regional contemplava que “os procedimentos de licenciamento das atividades espaciais de qualificação prévia, de registo e de transferência de objetos espaciais relativos a atividades a desenvolver nas Regiões Autónomas

dos Açores e da Madeira, bem como o respetivo regime económico e financeiro, são definidos por Decreto-Legislativo Regional, sem prejuízo da emissão de parecer vinculativo fundamentado pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas de defesa nacional e da Administração Interna, quando estejam em causa questões da defesa e segurança nacional”.

“Os produtos das taxas pela emissão dos atos referidos no número anterior, bem como os resultantes da aplicação das coimas, são da Região Autónoma dos Açores e da Madeira e constituem receitas próprias destas”.

E mais!...

“4- Até à entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional a que se refere o n.º 2, procedimentos e imprevistos, relativos a atividades a desenvolver nas Regiões Autónomas, requerem parecer vinculativo do respetivo Governo Regional”.

Vale a pena, já agora, ler o n.º 5:

“Consideram-se atividades a desenvolver nas Regiões Autónomas aquelas que tenham por base centros de lançamento do respetivo território terrestre ou marítimo, incluindo neste caso as zonas marítimas adjacentes ao respetivo arquipélago”.

Portanto, é tudo isto que é colocado em causa pelo Sr. Ministro. Este Ministro é um adversário, é um inimigo, posso utilizar a expressão, da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É um inimigo da Região Autónoma dos Açores, que procura há muito tempo prejudicar gravemente os interesses dos Açores.

E é necessário ter em conta que não se percebe bem quais são os interesses que este Ministro defende, porque os interesses regionais não são de certeza absoluta; os interesses dos Açores não são de certeza absoluta.

E também não é do interesse nacional tratar os Açores como este Ministro trata como uma colónia, porque isto não é outra coisa. O senhor decide e legisla sobre os Açores, como muito bem entender, fazendo tábua rasa da

legislação anterior, da responsabilidade da Assembleia da República e da legislação da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, este senhor não respeita nada, nem ninguém. Não defende o interesse nacional, não defende o interesse regional.

Que interesses é que este senhor defende? Que interesses?

São interesses que são estranhos ao interesse nacional e regional.

Por isso considero que não podemos só rasgar as vestes nesta matéria. Temos de ter uma posição muito dura e muito firme, um compromisso de que isto não passa, não pode passar.

Tem de ser repudiado neste Parlamento, e tem de ser repudiado pelo Governo Regional, desde logo.

E tem de ser repudiado com toda a força política que têm todos estes partidos que estão neste Parlamento, também na representação que têm na Assembleia da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tem de ser feito esse esforço, por todos nós, em todos a latitude da influência que os diversos partidos políticos podem ter também na Assembleia da República e junto do Governo da República.

Portanto, esta é uma luta autonómica, é uma luta regional.

E mais!... Eu acho que o Governo Regional deve considerar, num extremo de não resolução desta questão, quebrar qualquer tipo de colaboração com este Ministro.

Portanto, nós temos de nos posicionar nesse sentido, e falo com responsabilidade também de pertencer a esta coligação que sustenta o Governo.

Eu considero que ou as coisas se alteram, ou o Governo Regional não deve colaborar, em nada, com as atividades deste Sr. Ministro neste sentido de prejudicar gravemente os Açores.

Temos de proteger o presente, mas temos de proteger também o futuro dos Açores.

Nós não podemos deixar que isto aconteça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A Região Autónoma dos Açores não pode ser prejudicada, do ponto de vista daqueles que são os seus direitos e os interesses fundamentais da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Portanto, nesta luta, temos que estar com muita convicção e eu conto que o Parlamento dos Açores aprove esta iniciativa do Bloco de Esquerda e que o Governo Regional inicie (e já iniciou, eu sei disso) imediata oposição política, institucional, jurídica, a todos níveis a que esta legislação possa vigorar e possa prejudicar desta forma, tão grave, os interesses legítimos do povo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma, apresentado pelo Bloco de Esquerda, não é, obviamente, sobre o impacto ambiental que as opções, ou posicionamentos políticos, têm a ver com a temática do espaço.

Também não é sobre o impacto sobre a vida e a qualidade de vida, e o bem-estar dos marienses. Também não é o caso, porque senão, o posicionamento

do PAN seria extremamente fácil. Nós já o publicámos, já mostrámos o nosso posicionamento.

Aqui, é uma coisa completamente diferente e não vale sequer estar a tentar mudar um pouco o discurso daquilo que é o diploma. O diploma é totalmente diferente. Este diploma é, obviamente, ao arrepio da República novamente, tentar, porque se calhar cheira a dinheiro, retirar o poder que é da autonomia dos Açores.

Quando o Sr. Ministro diz que respeita a autonomia dos Açores, só demonstra que não sabe o que é que é a autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Se soubesse o que é que era a autonomia não tinha a coragem, e tinha pelo menos vergonha na cara, de não dizer uma coisa dessas. É obviamente uma notícia de há quatro horas.

Sem dúvida que isto é uma falta de respeito tanto pelos Açores,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a brincar!

O Orador: ... mas pior ainda, pela Constituição Portuguesa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e, como Ministro, é obrigado a defender a Constituição Portuguesa, isto ao arrepio daquilo que já aconteceu nos últimos anos relativamente ao mar. Temos exatamente o mesmo problema, agora, no espaço.

O que é que vai faltar ao Governo República, relativamente aos Açores?

Só falta querer também a terra e depois não há autonomia completa, nem financeira, nem política, nem administrativa, nem coisa nenhuma.

Obviamente que nós vamos votar a favor deste diploma. Isto não um problema político que tem a ver com o PS. Obviamente que todos os partidos que estão aqui vão votar a favor deste diploma. Isto é um problema que tem a ver com a Região Autónoma dos Açores e a nossa defesa de Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer que, não tendo ainda todos os grupos parlamentares se pronunciado, parece-me que de forma geral este posicionamento contra este procedimento, esta forma de olhar para a Autonomia, que se traduz numa proposta deste tipo, será, no mínimo, senão unânime, largamente consensual nesta câmara e na sociedade açoriana.

Eu julgo que tudo o que diz respeito a questões autonómicas deve assim ser. Podemos discordar, muitas vezes, na aplicação dos nossos poderes, na forma como aplicamos, nas políticas que depois são concretizadas, mas a verdade é que sobre estas matérias esse consenso, no geral, existe.

Não podia deixar também de fazer, diria, quase, uma pequena provocação. Não vi a mesma indignação, por parte da maioria, quando no mês passado se usava os Açores como arma de arremesso para as lutas políticas nacionais. Não vi a mesma indignação, o que também é de registar, mas ainda vamos a tempo de mudar, Srs. Deputados.

Mas o Sr. Ministro, como já foi referido, hoje reage a esta polémica que surgiu, criada por ele, naturalmente, dizendo, para além do que já foi referido que disse que respeitava a Autonomia, mas há outra coisa que vale a pena registar.

O Sr. Ministro diz que este assunto está a arrastar-se, está a demorar. Eu recordo o que disse o Sr. Ministro Manuel Heitor em julho deste ano que o porto espacial ou arrancava este ano ou não arrancava. Disse isto, está escrito e publicado.

Ora, curioso é que chegámos ao fim do ano e o Ministro cumpriu a ameaça: não arrancou! E então o Ministro acha que deve-nos tirar todo o poder de decidir sobre esta matéria.

Podemos decidir a seguir mal ou bem, mas esse poder é nosso e ninguém nos pode tirar. Ninguém o pode tirar.

Esta é uma batalha a vários níveis, como já foi referido, e tem de ser a vários níveis, e obviamente que o Governo já tomou posição. Fez bem.

Esta Assembleia já debateu, volta a debater e emitirá um parecer, mas há instrumentos que os partidos que estão aqui representados (o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez referência a isso), podem utilizar, não através da Assembleia Legislativa, é certo, mas podem fazer.

Este Decreto-lei será, muito provavelmente, aprovado. E se o Sr. Presidente da República (que também tem uma palavra a dizer, é preciso não esquecer, e não é uma palavra qualquer, tem o poder de veto absoluto, sobre esta matéria) promulgar este Projeto de Decreto-lei, a próxima Assembleia da República pode, ainda, alterar o que lá está. Pode repor o que existir.

Estamos, curiosamente, também numa altura de campanha eleitoral, ou pré-campanha eleitoral, e nada melhor do que assumirmos um compromisso sobre o que faremos no dia a seguir.

A Assembleia da República tem um poder de apreciar Decretos de Lei. Pode requerer que o Decreto-Lei publicado pelo Governo seja apreciado na Assembleia da República que, por sua vez, o pode alterar. E o compromisso que o Bloco de Esquerda aqui deixa é de que, eleita a nova Assembleia da República, iremos requerer a apreciação parlamentar deste Decreto-Lei e alterá-lo, repondo a situação que existia.

O desafio que deixo é a todos os partidos, principalmente, àqueles que têm eleito, historicamente, na Assembleia da República (o Partido Socialista e o PSD) o que é que farão sobre esta matéria?

Se farão ou não o mesmo e como é que votarão, porque da nossa parte o nosso Grupo Parlamentar fará isso e esse compromisso deixamos aqui solenemente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem, neste momento, mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, naquela tribuna, apresentei uma declaração política sobre este assunto, criticando fortemente o Governo da República, por ter levado a cabo uma traição política aos Açores, uma traição política à nossa autonomia.

Num espaço de três anos concede às autonomias dos Açores e da Madeira autorização legislativa para que possamos legislar sobre a matéria da exploração do espaço e três anos volvidos, retira as normas que conferem à legislação regional o poder para regulamentarem, na Regiões Autónomas, essas atividades. Portanto é uma traição política!

Mas também, creio, tratar-se, e não queria entrar muito por aí, de uma traição político, no âmbito de uma pré-campanha eleitoral.

Ainda ontem, o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista criticava a minha intervenção dizendo que, em vez de argumentos políticos, eu deveria ter usado argumentos jurídicos.

Respondi ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que seria hoje o momento dos argumentos jurídicos, porque ontem foi o momento dos argumentos políticos. Até agora ainda não ouvi o Partido Socialista pronunciar-se, exatamente, sobre os argumentos jurídicos. Ouvi uma crítica...

Deputado João Vasco Costa (PS): Ouviu mal!

O Orador: ... uma segunda crítica ao Governo Regional, mas não ouvi os argumentos jurídicos.

Diz V. Exa. que eu ouvi mal. Talvez! Se calhar!

Mas se V. Exa. pronunciou algum argumento jurídico ele foi impercetível. Portanto, convido-o, pelo menos a repeti-lo.

No espaço de 24 horas tivemos dois Ministros de um Governo em fim de ciclo, a pronunciarem-se publicamente: uma Ministra que diz que o Governo do Partido Socialista é o mais centralista dos últimos tempos; e outro

Ministro, o Ministro Manuel Heitor, a dizer que a decisão de retirar competência legislativa às Regiões Autónomas respeita a Constituição e a Autonomia Regional.

Com Governos do Partido Socialista deste calibre estamos nós bem arranjados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, obviamente que acompanharemos a iniciativa que o Bloco de Esquerda apresentou para pronúncia própria desta Assembleia relativamente a esta matéria, fazendo uma veemente crítica e repulsa à atitude de um governo em fim de ciclo.

É inadmissível que perante uma circunstância de investimento, que é fundamental (há anos que se houve falar neste Parlamento da necessidade de se investir nos Açores), temos agora a oportunidade de investir em algo inovador, tecnológico, científico, algo que pode atrair pessoas qualificadas, trazer pessoas com empregos bem remunerados para a Região, vem o Governo da República cortar-nos a possibilidade desse investimento, centralizando, ou querendo centralizar, ainda por cima, de uma maneira transitória, por 18 meses, essas competências todas num Ministro de um Governo da República, que, nos dias que correm, não sabemos ainda que Governo será esse.

Portanto, obviamente que o CDS votará favoravelmente esta iniciativa de pronúncia, porque achamos inadmissível esta atitude que o Governo da República teve para com a nossa Autonomia.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, faz favor.

(*) Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (Susete Amaro): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de recordar que nós, em setembro, estivemos cá a celebrar os 45 da nossa Autonomia.

Acho que 45 anos da nossa Autonomia deveria ser tempo suficiente para que na República percebam que existem cá órgãos de Governo próprio, existe uma Assembleia, e que estamos cá para defender aquilo que são os nossos interesses.

Foi isso que de certa forma dissemos no parecer que emitimos sobre esta proposta e que foi enviado na segunda-feira, desta semana, tal como o Sr. Presidente do Governo teve oportunidade de dizer ontem, em que considerámos esta propostas inadmissível e inconstitucional.

Relativamente àquilo que foi a proposta do Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, a nossa posição, a do Governo Regional, vai ao encontro daquela que é a sua posição, a posição do seu partido, e acho que deve ser a posição de toda esta Assembleia.

Os Srs. Deputados que estão aqui eleitos representam os Açores, as açorianas e os açorianos, e é nestes momentos que acho que nos devemos unir nessa defesa.

Portanto, considero que as declarações que o Sr. Deputado João Vasco Costa proferiu dizendo que se calhar até seria bom que esta legislação fosse aprovada, permitindo que o Governo da República pudesse fazer aquilo que entendesse sem nos consultar, só pode ser uma confusão sua.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente à inércia e ao desconhecimento sobre estas matérias, acho estranho que o diga, atendendo a um processo que vem de 2019, e que sabe muito bem por que motivos é que teve que ter este compasso de espera, digamos assim.

Mas a estes assuntos tem sido dada importância e têm sido trabalhados.

Nada está parado!

Há poucos dias nós fizemos uma conferência de alto nível, internacional, a apresentar a estratégia dos Açores para o espaço, que foi um momento de sucesso, e com a certeza que nos trará mais valias no futuro.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque houve um conjunto de afirmações que foram proferidas, relativamente às quais, julgo essencial precisar o posicionamento do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa acha que este assunto, e que os assuntos desta natureza, são um problema do Partido Socialista. Acho que faz mal, porque problemas desta natureza, são problemas que devem unir todos, independentemente do partido. Porque independentemente dos partidos, a

história demonstra que, comportamentos destes, temos vindo a assistir e receio bem continuaremos a assistir no futuro.

Portanto, a tentativa de partidarizar a questão é, obviamente, legítima da sua parte, mas acho profundamente desaconselhável, porque do que aqui se trata não é de uma luta partidária.

Trata-se aqui de uma luta pela defesa dos interesses dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi publicado anteontem.

O Orador: Ó Sr. Presidente do Grupo Parlamentar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a partidarizar estas questões!

O Orador: ... tenha calma.

Em segundo lugar, gostava também de dizer o seguinte:

Sr. Deputado Pedro Pinto, o senhor anda a ouvir mal. Nem ouviu o argumento jurídico, nem ouviu aquilo que eu ontem disse.

Eu não disse que, em vez de argumentos políticos, deviam usar-se argumentos jurídicos.

Eu disse que, antes de chegarmos aos argumentos políticos, há argumentos jurídicos, e disse quais são, ou quais eram. No caso concreto, também se aplica.

E o perigo que eu vejo em fundamentarmos a nossa posição, apenas em argumentos políticos, foi dito ontem. Que é um perigo dizer, os senhores não se decidem, não resolvem esse assunto, está certo que está em tribunal, mas esse assunto precisa de ser resolvido e, portanto, nós vamos avançar por aqui. Repare: o problema não é sequer um problema económico, porque é legítimo aos órgãos de governo próprio desta Região, até tomarem a decisão de não quererem porto nenhum espacial em Santa Maria.

O problema é um problema de competências, de respeito, por aquilo que está na Constituição relativamente à forma como se relaciona legislação nacional e legislação regional.

Por isso é que eu digo que este não é um problema partidário. É um problema sobre o qual nós devemos ter uma ideia muito clara do que está em causa, e

argumentar e agir, da forma, na minha opinião, mais eficaz, em relação àquilo que está em causa.

Querer transformar isso num assunto que que é: “Os senhores do Partido Socialista são uns centralistas! Os senhores não dizem nada! Os candidatos do PS? Onde é que estão os candidatos do PS? Não dizem nada?!”

É um mau serviço aos interesses dos Açores.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Isso seria um mau serviço aos interesses dos Açores se, por acaso, fosse o Governo da República do PSD, e o PS caísse no mesmo erro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantas vezes! Não fizeram outra coisa!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista, os senhores são livres de entenderem a questão como quiserem, e, obviamente, de argumentarem da maneira que quiserem,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com certeza!

O Orador: ... mas eu também tenho essa liberdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então não se incomode!

O Orador: Portanto, não vamos ignorar aquilo que está em causa. O que está em causa, efetivamente, não é uma questão partidária, na minha opinião, não é uma questão de “não, porque querem roubar-nos”...

Não! A questão não é quererem roubar-nos investimento. A questão é que quem tem de decidir sobre a matéria, de acordo com as regras que estão na Constituição, são os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, sejam eles, este Governo, outro governo, qualquer governo, mas é o Governo Regional dos Açores, nem que seja para, obviamente, ouvindo também as instituições representativas da ilha de Santa Maria, que é para aí que se aponta, dizer: “Não! Nós entendemos que não devemos ter isso; privilegiamos outros interesses, não privilegiamos essa questão.”

A este propósito há um aspeto que me preocupa e que já salientei, que é a demora na resolução deste assunto e na tomada de posição sobre este assunto.

Julgo que esta é uma fragilidade da nossa posição.

Portanto, o que eu exortava, se me é permitido, ao Governo Regional, era a explorar outras vias de poder, e o mais rapidamente possível, tomar uma decisão sobre este assunto.

E já que estou a falar disso gostava também de exortar o seguinte:

O Sr. Secretário do Mar não está cá, mas talvez fosse conveniente também acelerar o passo na decisão sobre o Plano do Ordenamento Marítimo ao abrigo da Lei de Bases que aprovámos, porque não deve estar muito longe uma decisão do Tribunal Constitucional sobre a Lei de Bases.

Obviamente que o vazio é a pior coisa que pode acontecer para uma decisão sobre esta matéria.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Os Srs. Deputados do PSD riem-se...

Exorto o Governo Regional dos Açores a tomar uma decisão, o mais rapidamente possível, não apenas sobre esta matéria do espaço, mas também sobre a questão do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo da Região,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Coisa que o senhor nunca fez!

O Orador: ... matéria que foi uma proposta de alteração aprovada por unanimidade, nesta Assembleia, por iniciativa do então Governo Regional. Proposta que foi também aprovada na Assembleia da República, teve as vicissitudes que teve na sua votação e num conjunto de deputados que solicitaram a apreciação, e o facto é que, neste momento, os poderes que essa lei nos concedeu não foram ainda utilizados, e isso é um perigo para a nossa Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bastantes erros que o senhor cometeu!

O Orador: Sr. Deputado João Bruto da Costa, não se preocupe tanto com as questões das autorias, mas preocupe-se talvez um bocadinho com aquela que é a tentativa de reescrever a história.

Quem, a 9 de dezembro deste ano, disse, a propósito das tabelas do IRS, é um assunto que não vemos qualquer vantagem em mexer ou pressionar, uma vez que o sistema fiscal é único e já está tudo definido, com taxas reduzidas nas Regiões Autónomas, através das Leis de Finanças, é assunto praticamente inexistente, foi o Sr. Secretário das Finanças, como tal citado no Açoriano Oriental.

E o PS pôs pés a caminho.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Não pôs!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E o que é curioso é que, depois do assunto resolvido, quem dizia isso, agora vem dizer: “Não, não! Nós é que resolvemos o assunto.”

Por último, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu apreciei a sua intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fica-lhe mal esse argumento, depois de ter as provas na sua mão!

O Orador: Olhe, tanto pus pés a caminho nesta questão das tabelas do IRS, como até posso-lhe dizer mais: já pus também os pés a caminho nesta questão do espaço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A resposta do Sr. Ministro já foi dada hoje!

O Orador: Já pus também os pés a caminho nessa questão. Para lá vamos! Para lá vamos, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deixe estar que o Sr. Presidente do Governo hoje vai resolver esta questão!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, nestas coisas também é muito importante a coerência.

Eu apreciei a intervenção de V. Exa., mas sabe quem é que está a receber o Sr. Ministro da Ciência, hoje?

O Sr. Presidente do Governo Regional!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente, é obrigação dele!

O Orador: Isso diz tudo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade. Está inscrita a Sra. Deputada Elisa Sousa a quem dou a palavra.

(*) Deputada Elisa Sousa (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção que eu fiz no âmbito desta pronúncia por iniciativa própria do Bloco de Esquerda, não fiz qualquer tipo de juízo de valor partidário, ou fazendo qualquer tipo de acusação ao Governo da República.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: No entanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, fica difícil nós não criarmos aqui uma questão partidária, quando o Sr. Deputado João Vasco Costa, ainda que reconhecendo que isto é um atentado à autonomia, diz que para o bem de Santa Maria talvez fosse bom que este Projeto de Decreto-Lei fosse aprovado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, aquando da apresentação da estratégia dos Açores para o espaço, o Sr. Ministro Manuel Heitor disse que não era suficiente ter um papel, que era preciso estar acompanhado de um pacote financeiro, por parte do Governo Regional dos Açores.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

A Oradora: Mas hoje, com este Projeto de Decreto-Lei, delega em si, no próprio Ministro, todas as competências para legislar, para licenciar em termos de atividades espaciais, não dando sequer oportunidade à Região Autónoma dos Açores, ao Governo, para ter um parecer vinculativo sobre esse assunto, de modo a assegurar os interesses dos marienses, os tais interesses que o senhor queria para Santa Maria e também da Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: É isso que acontece com este Projeto de Decreto-lei.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu concordo consigo. Não pode, nem deve ser uma questão partidária. Tem de ser, sobretudo, uma questão de interesse dos Açores, uma questão mais particular dos interesses dos marienses, mas é sobretudo uma questão de interesse nacional. Não há dúvida quanto a isso.

E eu podia também, até na minha primeira intervenção, ter questionado o porquê do mesmo Ministro, em 2019, ter feito um Decreto-Lei que, no seu artigo 27.º, dá à Região a competência para legislar sobre este assunto, e agora tira.

Essa era a dúvida que eu poderia ter colocado e não coloquei essa questão, precisamente para não colocar aqui uma questão partidária.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, nós devíamos estar em síndrome de sexta-feira, mas estamos em síndrome de unanimidade.

Vamos aprovar por unanimidade, segundo já se percebeu, um diploma e vamos estar aqui a dizer a mesma coisa durante uma hora e meia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Talvez nem tanto!

O Orador: Neste particular, não há qualquer tipo de maniqueísmo, não há dois lados, não há os bons e os maus, ou os maus e os bons.

Só há os maus e os maus são os centralistas da República. É contra esses que temos que nos unir (ponto!).

É essa indicação que temos de dar à República, é que estamos todos unidos para proteger os interesses dos Açores e a legalidade, a constitucionalidade deste processo. Não está em causa mais nada e não é necessário estarmos aqui a esgrimir argumentos: o que é que foi isto? Quem é que fez aquilo? Quem fez aqueloutro? Porque nós também já sabemos, como insinuou e bem, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que podemos estar aqui perante um *retrograde*, porque não é a primeira vez, nem é a segunda vez que o Sr. Ministro Manuel Heitor, até o seu próprio partido põe em maus lençóis para resolver problemas que ele tem lá nos seus interesses pessoais e nos interesses de desenvolvimento da sua carreira internacional.

Este é que é o problema que nós temos aqui.

Nós estamos perante um assunto que foi acelerado, porque a Assembleia da República foi dissolvida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: Não há mais nenhum assunto aqui neste, do espaço, que não seja o Sr. Ministro Manuel Heitor, o Sr. Professor Doutor Manuel Heitor, que quer resolver o seu problema depois do dia das eleições, se por acaso o Partido Socialista não for Governo. Esta é que é a questão e tem sido aqui uma posição firme sobre este assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É uma questão de constitucionalidade, é uma questão de falta de respeito pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pelos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, e é uma questão de interesses pessoais e interesses empresariais internacionais, que estão aqui em causa.

Mas também está em causa outra coisa: a capacidade que esta região não tem tido de se fazer valer dos poderes constitucionais e estatutários que detém. E isto também é importante sempre lembrar, até como fez o Sr. Deputado João Vasco Costa, porque essa Região não pode passar a vida a dizer aqui quem manda sou eu, e depois quando tem oportunidade de mandar não sabe mandar, não sabe fazer, atrasa-se, anda mais devagar do que aquilo que seria desejável.

Portanto, esta também é uma função que temos que exortar sempre que tivermos essa oportunidade.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro exorta ao empenho de todos. Eu exorto também, se me é permitida essa ousadia, que todos sejamos mais ativos, mais pró-ativos, no sentido de fazermo-nos valer das competências que esta região tem e que nem sempre temos sido capazes de o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, na minha intervenção, tive a preocupação de não fazer alusões de caráter partidário, que bem podiam ter sido aqui realizadas, porque a verdade é que estamos a falar de um Governo apoiado pelo Partido Socialista, e trata-se de Ministro do Partido Socialista.

Portanto, nesta matéria, existem especiais responsabilidades. Eu diria a mesma coisa se fosse um Ministro do PSD, ou do CDS. Diria exatamente a

mesma coisa, ou seja, que há especiais responsabilidades e há especiais responsabilidades do Governo, do partido que apoia o Governo da República e dos três deputados do Partido Socialista que apoiam o Governo da República do Partido Socialista.

Portanto, essas responsabilidades existem. O que não se pode deixar é aqui uma mensagem de que existe uma responsabilidade por parte do Governo Regional, porque não está a resolver as questões a tempo.

Ora, este tipo de argumentação é uma absoluta hipocrisia, porque como bem dizia o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a questão não é se está a demorar muito ou pouco. A questão é que esta é uma responsabilidade da Região e até podemos decidir não fazer.

Portanto, a questão não está no tempo. A questão material está no facto de um Ministro do atual Governo da República não respeitar a Autonomia dos Açores. É tão simplesmente isto.

E emite um comunicado cujo título é: “Ministério garante respeito pela Constituição e Autonomia em diploma criticado pelos Açores”.

O título até poderia ser: Ministro chama tontos aos açorianos. Esse é que poderia ser o título deste comunicado.

Eu sinto-me ofendido, na minha inteligência, com este comunicado. Sinto-me profundamente ofendido, porque o Sr. Ministro deve achar que somos tontos.

Portanto, aqui, a questão, é de congregar apoios políticos, porque a questão é política, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. É política! E eu, que conheço alguma coisa da história política dos Açores, em que também tenho sido protagonista secundário, não tão relevante como V. Exa., tenho acompanhado este processo, e posso dizer-lhe: se estivermos à espera da resolução do Tribunal Constitucional, e se estivéssemos à espera que os nossos argumentos jurídicos fizessem vencimento...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Por isso é que é preciso decidir!

O Orador: ... o que lhe vou dizer é que, aí, a autonomia não tinha dado estes passos tão flagrantes. Muitas destas questões foram resolvidas. É com

firmeza política e a força política que tem o povo dos Açores e os seus representantes.

Portanto, esta questão e o mecanismo de resolução, é, em primeiro lugar, político, alicerçado, obviamente, em questões, constitucionais.

Eu faço este apelo novamente. E quero também dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em relação ao Plano de Ordenamento Marítimo, o Governo já teve oportunidade de afirmar que ele está pronto e, portanto, será colocado em discussão pública. Não sei a data. O Sr. Secretário terá oportunidade de o poder transmitir, mas em relação a essa questão, V. Exa. está preocupado, mas não esteja, porque essa questão está resolvida.

Mas mais uma vez não é essa a substância. A substância, mais uma vez, é que nós não temos que andar aqui a correr, porque há um perdedor, que se nós não ocuparmos logo o espaço ou se não fizermos os planos, pois o Governo da República sente-se no direito de legislar sobre matérias que são da nossa competência. Isso é que não pode acontecer. Por isso é que eu acho que esse argumento não colhe.

Quero terminar com mais esta referência:

O que é importante?

Eu sei que estamos num período pré-eleitoral e é difícil resistir à tentação política e, creia, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, estou a fazer um esforço enorme, um esforço tremendo, de resistir à tentação política de aproveitar, do ponto de vista político aquilo que é uma evidência, que é a fragilidade do Partido Socialista nesta questão, a fragilidade de ter um Governo do Partido Socialista a legislar contra os interesses dos Açores. Isso é uma fragilidade imensa. E eu estou a resistir a fazer esta referência, a aprofundar e a mexer na ferida.

Estou a resistir a esta tentação. Custa-me!... V. Exa. não sabe quanto me custa isto, porque o meu instinto político está aí, mas acima do instinto político tem de estar o instituto institucional, e por isso é que nesta matéria eu não vou

entrar nas fileiras dos divisionistas. Vou entrar nas fileiras daqueles que venham de onde vierem, defendam os interesses do povo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não resisto. Lamento, mas não resisto!

E não resisto, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro interpelou-me diretamente e terá, necessariamente, que ter a resposta às suas inquietações.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu introduzi a questão partidária em resposta à partidarite introduzida nesta questão pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, João Vasco Costa. Limitei-me a responder, naquilo que era fundamental.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é isso que está em causa!

O Orador: Mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acha que não se deve meter a questão partidária, mas acaba a sua intervenção a dizer que “sobre esta questão eu já pus os pés ao caminho”.

Eu digo-lhe porque é que o senhor diz isso. Porque hoje mesmo, tal como o senhor disse, o Sr. Presidente do Governo está a receber, conforme é o dever institucional do Governo Regional, o Sr. Ministro Manuel Heitor,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não era para cortar relações?

O Orador: ... e certamente, por forma a que sejam defendidos os interesses dos Açores, provavelmente o Sr. Ministro vai ter de reconhecer que o caminho que está a seguir é errado,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oxalá!

O Orador: ... por força daquilo que vai ser a ação dos órgãos de Governo próprio desta Região que são esta Assembleia e este Governo Regional, na defesa dos interesses dos Açores.

Mas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós temos de ser corretos quando analisamos os factos. O Sr. Deputado diz aí que foi porque o PS meteu pés ao caminho, que ficou resolvida a questão das tabelas de IRS.

Olhe, o PS dos Açores lançou um comunicado – Tabelas de retenção na fonte do IRS – no dia 15, ontem. Diz assim a primeira frase: “O Governo da República irá proceder ao ajustamento.”

Pois eu tenho que lhe dizer que, de acordo com a documentação que nos foi fornecida, no dia 14, ou seja, na véspera (aliás, este comunicado é já depois de uma afirmação, aqui, neste Parlamento, por parte do Sr. Secretário Regional das Finanças), diz um email trocado entre a Região Autónoma e o Governo da República:

“Seguem em anexo as versões do despacho e tabelas, já com todas as sugestões do GRAA (por acaso parece-me que tem um A a mais) incorporadas.”. Eu penso que isto seja Governo Regional dos Açores, a não ser que haja alguém no PS que se tenha posto a caminho e tenha por iniciais GRAA.

(Risos de alguns da bancada do PSD)

Portanto, Sr. Deputado, é o Governo da República que reconhece que foi este Governo que fez sugestões para corrigir as tabelas do IRS. Portanto, estamos esclarecidos quanto a essa matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente àquilo que foi aqui levantado, quanto ao PSOEMA, o que o Governo pode informar é que neste momento encontramos-nos em condições, de pôr a consulta já na próxima semana. Estamos a ultimar os ofícios, portanto, na próxima remeteremos para consulta.

Muito obrigado.

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço, talvez, a última intervenção sobre esta matéria, naturalmente saudando a unanimidade que se gera sobre a proposta, e não querendo entrar no debate que se gerou sobre questões laterais, eu julgo que este processo, e falando um pouco mais do projeto em si, neste momento, do que sobre o Projeto de Decreto-Lei em questão, este processo tem conhecido vários problemas, no seu desenvolvimento.

Citando apenas dois, eu gostaria de lembrar que tudo isto parece, em primeiro lugar, que se decidiu construir um porto espacial em Santa Maria e que depois se tentou criar todo o enquadramento jurídico e toda a preparação política e jurídica, para uma decisão previamente tomada.

Eu recorro que o próprio Decreto-Legislativo Regional que regulamentou o Decreto-Lei que agora o Governo da República quer alterar, foi aprovado aqui de uma forma que, para nós, foi demasiado rápida, porque tinha problemas.

Requeremos na altura a baixa à Comissão e depois levou a uma posteriormente alteração por parte do Governo Regional, também apresentada com carácter de urgência, a mesma urgência que tem agora o Ministro em querer, a toda a força, atropelando a Autonomia, construir, sabe-se lá o quê e sabe-se lá para quem, nos Açores.

Ou seja, há aqui um conjunto de problemas em todo este processo, para não falar (quase que me esquecia, Sra. Secretária) da classificação como confidencial do caderno de encargos da construção do porto espacial, que continua classificado. O processo caiu.

Os açorianos, e os marienses em particular, continuam sem saber e sem conhecer o projeto que o Governo autorizou, ou pelo menos lançou a concurso, porque o Governo classificou como confidencial e continua como confidencial e não desclassifica. A pergunta é porquê?

A não ser que estejam à espera que ele apareça nos jornais, para depois virem, à semelhança do que aconteceu ontem, acusar o Bloco de Esquerda de ter divulgado informação confidencial. Se calhar é isso que estão à espera, de acusar, infundadamente, mentindo e acusando o Bloco de Esquerda de divulgar informação confidencial. É disso que estão à espera?

Os marienses têm o direito de conhecer esse caderno de encargos. É esse o repto que deixo.

Sobre a matéria em apreço eu queria dizer que este não é propriamente um assunto partidário. Ele une, como se vê, a nossa Assembleia.

Mas, no entanto, é um assunto que são os partidos que têm a responsabilidade de o resolver se ele vier a concretizar-se.

Não fiz nenhum ultimato, não era esse o objetivo, mas registo que ninguém pretende sequer dizer o que é que farão, no dia a seguir às eleições de 30 de janeiro, se isto vier a ser aprovado.

Mas não posso também deixar de dizer que do Bloco de Esquerda as pessoas sabem o que é que esperam. Com toda a transparência, com toda a clareza, afirmamos não só a nossa posição, mas o que faremos. E não temos duas

caras e não defenderemos uma coisa aqui e outra em Lisboa, na Assembleia da República. É esse o nosso compromisso, em defesa da autonomia e em defesa dos Açores. É esse o compromisso que deixamos aqui no fim deste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, faça favor. Tem 30 segundos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É suficiente para responder ao repto de V. Exa.. Posso dar-lhe a garantia de que os nossos Deputados, os Deputados que vão ser eleitos pelo povo açoriano, os Deputados da AD, irão opor-se a esta legislação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pode ter a certeza absoluta disso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Sérgio Ávila, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para clarificar aquilo que o Sr. Deputado João Bruto da Costa referiu em relação ao citado documento que fez distribuir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não mandei distribuir nada!

O Orador: Ou que foi distribuído!

Nós temos de clarificar as coisas como são.

Factos:

O Governo Regional, no dia 9 de dezembro, referiu publicamente que os trabalhadores que auferiram o salário mínimo iam fazer retenção de IRS. Facto! Facto que está publicado na LUSA.

No dia 9 de dezembro, o Governo Regional disse que não seria possível ser de outra forma, porque ia criar dois sistemas fiscais, que isso seria um valor residual. Facto! (dia 9 de dezembro)

Que era um assunto “praticamente inexistente e que era apenas simbólico. Facto! (dia 9 de dezembro).

Foi essa a posição assumida pelo Governo Regional, está publicado na LUSA às 18h48m.

No dia 10 de dezembro, o Sr. Deputado Francisco César, publicamente, assumiu que essa matéria não deveria ser assim, porque se assim fosse, seria a receita fiscal da Região a assemelhar e a absorver uma parte substancial do aumento decorrente do salário mínimo. Facto! (dia 10 de dezembro).

O que o senhor aqui cita é o Governo da República solicitando, a 13 de dezembro, como faz todos os anos e como é procedimento habitual, ao Governo Regional, se concorda com as tabelas de retenção na fonte, que incluem aquilo que o Sr. Deputado Francisco César referiu no dia 10. São esses os factos! São os factos reais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Mas quero dizer-lhe, que apenas fiz esta intervenção para fazer este esclarecimento da factualidade daquilo que se passou ao longo destes dias e que efetivamente a competência para a definição das tabelas é do Governo da República, ouvido, como sempre, o Governo Regional dos Açores.

Apenas para que não fique dúvidas sobre essa matéria. Não vou fazer desta matéria, aqui, uma base de debate, porque também essa tipologia de intervenções, como foi dito pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do

Partido Socialista, tem o seu local próprio e o seu momento próprio para o fazer e não pretendo, aqui, confundir funções, nem confundir aquilo que é mais do que o simples esclarecimento da factualidade e não entrarmos aqui com situações completamente diferenciadas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa eu vou dar-lhe a palavra, mas lembro-lhe qual é o assunto que está em discussão. Já permiti a todas as bancadas os esclarecimentos e os contra-esclarecimentos, e nós estávamos no ar, não se esqueçam disso. Faça favor, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da câmara: No espaço!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O espaço é a seguir ao ar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No espaço não há ar!

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Certamente respeitando a indicação de V. Exa., mas tenho, de facto, que ir aos factos.

É que isto, para o Sr. Deputado Sérgio Ávila parecia um fato feito à medida, mas não é.

O facto é, daquilo que foi distribuído hoje, há pouco, às 15h06, por todos os Deputados desta Casa, e por iniciativa do Governo Regional, no dia 13 de dezembro, o Sr. Secretário Regional enviou um email, algo extenso, que não vou ler, como é óbvio, explicando o porquê da necessidade de correção das tabelas. Depois diz:

“A título sugestivo, podia-se aplicar o coeficiente de 1,05...”, e por aí fora, relativamente às tabelas.

No dia 14 de dezembro, António Mendonça Mendes, do Governo da República:

“Sr. Secretário Regional, em anexo, despacho e tabelas que assinei esta manhã. Caso haja qualquer tema não hesite em dizer, que procederei à correção, se for necessário”.

“Bom dia. Segue em anexo as versões do despacho e tabelas, já com todas as sugestões.”

De quem? Da conferência de imprensa do Deputado Francisco César?

Não! Do Governo Regional dos Açores, que é quem tem, institucionalmente estas relações, e quem faz a defesa do povo açoriano, nesta matéria e não os candidatos do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não basta, a este assunto, que está aqui em discussão e que foi trazido a esta sala e a esta Casa, pelo Bloco de Esquerda, votar de forma silenciosa, aceitando que está certa a proposta do Bloco de Esquerda.

É preciso fazê-la de viva voz e é por isso que pedi a palavra para que, enquanto Deputado Independente desta Casa, mas também enquanto cidadão desta Região, manifestar que nós somos todos portugueses, não está em causa a unidade do território nacional, nem nunca estará, mas está em causa o direito a um respeito por uma Região que é orgulhosamente portuguesa, mas também é gerida por um instituto político-administrativo, e que, enquanto açorianos que somos, e enquanto portugueses que somos também, temos o

direito de ser ouvidos, de ser respeitados e de ter o direito de gerir aquele que é o nosso território, independentemente, como já disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, de até não quisermos usar o dito espaço em determinadas situações, se assim entendermos, mas temos esse direito, esse direito de gerir aquele que é o nosso território, e não ficar com o alerta que o Sr. Deputado Nuno Barata deixou, de que eventualmente podem estar, e nessa situação, a gestão de determinados interesses pessoais, de determinadas figuras da República.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 84/XII – “Pronúncia por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do Projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 84/XII, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda.

Avançamos para o ponto 14: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 85/XII – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.**

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e PPM e pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN.

Não sei quem vai justificar a urgência. Não há inscrições, então passarei à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, pergunto se há inscrições para a exposição ou apresentação do diploma?

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 85/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 16 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho – Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO”.**

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe uma primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional que criou o Complemento Especial para o Doente Oncológico, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, atendendo à clareza de objetivos da iniciativa, à sua natureza, à oportunidade e o seu próprio objeto.

Nesse sentido, consideramos que teremos a unanimidade desta Assembleia para passarmos à discussão da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

Sr. Subsecretário, na justificação da urgência penso que o Governo não pode intervir.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma que entrou com pedido de urgência e dispensa de exame de Comissão, apresentado pelo Partido Socialista, merece, no meu entender, algumas observações, a primeira das quais é que o assunto é urgente. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o assunto é urgente, e faço a seguinte observação:

É tão urgente que, sinceramente, em 24 anos de governação do Partido Socialista, já era tempo de ele ter entrado, e o problema estar resolvido, atendendo mesmo à urgência que reconheço, e sem qualquer demagogia.

Se 24 anos de governação não fossem suficientes, mais um ano nas cadeiras da oposição foi com certeza tempo suficiente para apresentar o diploma sem urgência neste sentido, atendendo à urgência deste assunto.

Mas se eu apenas criticasse o modelo de gestão desse assunto do Partido Socialista, até ao dia de hoje, e se votasse agora contra essa urgência, estaria eu a apontar o dedo a terceiros, mas não a olhar para mim mesmo. Eu não vou fazer isso.

Efetivamente eu aponto o dedo a essa ineficácia do Partido Socialista, durante 24 mais um ano, mas não tenho coragem para votar negativamente esta urgência, porque está em causa, seguramente, o bem-estar de pessoas fragilizadas pela doença e que merecem, de todos nós, o devido respeito.

Desta forma, e correndo o risco de ser mal interpretado, não pelo facto de não votar favoravelmente, ou votar contra essa iniciativa, porque o que está em causa, e se estivesse em causa o sim ou não, devo dizer que votava favoravelmente a urgência, mas uma vez que isto é um assunto demasiado complicado e a informação que foi disponibilizada, perdoem-me o comentário, a falta de rigor técnico a esse projeto de alteração ao Decreto Legislativo Regional e informação que sustente esse diploma, leva-me a que tenha de fazer um pouco uma figura que não gosto de fazer, que é o de Pilatos, de, nem voto a favor, nem voto contra.

Vou abster-me, percebendo efetivamente a urgência de resolver o problema desses doentes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde.

Pergunto se há mais inscrições para o pedido de urgência?

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Este diploma está cheio de bonomia, é absolutamente justo. No entanto, parece-me que, no que concerne aos transplantados, ele carece de alguma reflexão e, até no âmbito da centralidade que defendemos para este Parlamento, entendo que não devemos remeter para o Governo toda a capacidade de regulamentar o mesmo.

Por isso, entendo que é mais sensato fazê-lo baixar à Comissão competente para o aperfeiçoarmos e para criarmos até, se o proponente entender, um diploma específico para o caso dos transplantados e outros doentes deslocados que não estão abrangidos pelos diplomas que atualmente estão em vigor.

Confesso que já tinha pegado neste assunto, era para o inscrever no Orçamento, mas depois como pedi para reduzir dívida, não tive coragem de aumentar despesa, (*risos*). Confesso aqui essa minha fraqueza.

Ainda bem que alguém também estava atento a este assunto, neste caso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Isto para dizer que a Iniciativa Liberal, concordando com a matéria, entende que ela deve baixar à Comissão e por isso votará contra o pedido de urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que diz o Sr. Deputado Tiago Lopes, este assunto não é tão claro e tão simples como possa parecer à primeira vista.

Traz, conforme explicou o Sr. Deputado Nuno Barata, algumas dificuldades e alguma necessidade de análise mais aprofundada.

É um assunto mais complexo, ao fim e ao cabo, daquilo que possa parecer.

Desde logo, porque há diferentes tipos de transplantados: *Major*, MyNOR, renal, hepático, cardíaco, córnea, pele,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): São todos transplantados!

Deputado Tiago Lopes (PS): Não tem nada a ver com o que está no Projeto de Resolução. Está completamente errado!

O Orador: São diferentes tipos, diferentes consequências, diferentes tratamentos, diferente evolução.

Já há apoios significativos para os transplantados, nomeadamente medicação e imunossupressão.

Qual o valor estimado desta medida?

Qual o período médio de deslocação de cada doente?

Qual o universo de doentes abrangidos?

Deputado Tiago Lopes (PS): Isso é um disparate autêntico!

O Orador: V. Exas., obstando a aplicação da lei travão, estabelecem, no vosso diploma, que a verba...

Deputado Tiago Lopes (PS): Que o senhor não quis!

O Orador: Ó Sr. Deputado, oiça! Isto não é uma questão de: “o senhor não quis”. Isto é uma questão de se tratar isto de forma séria.

Obviamente que nós queremos olhar para este assunto com a necessária correção.

Se o senhor quer ser populista a esse ponto de “o senhor não quis”, eu vou dizer-lhe: o senhor quer tirar aos doentes oncológicos, do CEDO, que está destinado aos doentes oncológicos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro que não!

O Orador: Porque a verba, sendo a mesma, e os senhores não tendo feito propostas de alteração no Plano e Orçamento para o ano que vem, mantendo a mesma verba...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e de alguns Membros do Governo)

... a dividir por um universo diferente, o senhor vai tirar dinheiro aos doentes oncológicos.

Portanto, a sua observação é pouco séria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E essa não é!

O Orador: O que é sério e o que é responsável, politicamente, é aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata disse: é este documento descer à comissão, avaliar-se esta questão com toda a correção e perceber se a verba que está inscrita no Plano e Orçamento, poderá responder suficientemente para este efeito e, se não, aquilo que devemos fazer.

Olhe! Um doente oncológico remissivo deixa de ter apoio do CEDO. E um transplantado quando é que deixa de ter apoio do CEDO?

Pode esclarecer isso agora, aqui,...

Deputada Ana Luís (PS): Não pode! Estamos na urgência, o senhor sabe que ele pode usar da palavra! O senhor sabe isso muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado aprove a urgência que o Sr. Deputado esclarece!

O Orador: ... ou não é melhor sabermos em comissão, estes diferentes tipo de transplantados e as respetivas consequências?

Não acha que devemos ser sérios e não vir para aqui com uma medida?

Sério, Sr. Deputado, era o senhor no Plano e Orçamento ter feito uma proposta para que neste sentido houvesse verba no Plano e Orçamento para responder a esta vossa iniciativa.

O senhor não o fez, propositadamente, criando aqui dificuldades.

Deve, sim senhor!

E por essa razão não podemos concordar com esta urgência, mas concordamos que deva ser analisado, suficientemente, em Comissão, para que estes doentes possam, eventualmente, serem integrados no CEDO para poderem ter apoio.

Isso é que é tratar os açorianos e os doentes açorianos de forma séria e não de forma populista que o senhor está a querer fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, eu pedia que fundamentasse o protesto, se faz favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** O Sr. Deputado Bruto da Costa disse que...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ouvir o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** O Sr. Deputado João Bruto da Costa disse que a minha intervenção foi pouco séria e populista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi a sua intervenção, foi o seu aparte!

Presidente: Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apresento este protesto contra aquilo que foram as declarações do Sr. Deputado João Bruto da Costa, porque a minha intervenção em nada foi pouco séria ou populista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi a sua intervenção, foi o seu aparte!

O Orador: Isto é para dar resposta a uma real necessidade dos doentes transplantados.

Não está aqui em questão a tipologia de transplante, tal como no CEDO não está em questão a tipologia do cancro. Estamos a falar da deslocação para fora da sua ilha de residência,...

Deputado Berto Messias (PS): É isso que está em causa!

O Orador: ... independentemente do tipo de cancro, independentemente do tipo de transplante.

Portanto, é nesse sentido que estamos a falar.

Agora, se quiser falar sobre verbas, em que medida é que o Governo Regional propôs o aumento de 10% da verba para o CEDO?

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é um protesto?

O Orador: Conseguiu prever o número de cancros que vai haver em 2022? Foi com que base?

É que dizem que vão aumentar 10%. Portanto, é nesse sentido que eu apresento aqui o meu protesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E porque é que nunca aumentaram durante quatro anos?

Presidente: O Sr. Deputado João Bruto da Costa vai prescindir do contraprotesto? Não vai! Tem dois minutos.

Deputado José Ávila (PS): É a única pessoa séria aqui!

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Lopes, o senhor sabe, perfeitamente, que eu disse que o seu aparte era populista. Foi a isso que eu me referi. Não foi à sua intervenção, foi ao seu aparte.

O aparte foi: os açorianos vão ficar a saber que os senhores não querem isto.

Isso é não ser sério, porque este diploma baixando à Comissão não é significado de que não querem isto. O significado é de querer fazer isto com responsabilidade política e saber, de facto, aquilo que é a abordagem séria, que é necessária ser feita a esta matéria, porque o senhor não me respondeu, não responde, qual o valor estimado,...

Deputado Berto Messias (PS): Não pode esclarecer!

O Orador: ... qual o período médio de deslocação, qual o universo de doentes abrangidos, qual a verba que vai ser necessária retirar do CEDO para abranger um universo maior de beneficiários?

Deputado Berto Messias (PS): Aprove a urgência e vamos isso!

O Orador: Os Srs. Deputados do Partido Socialista, e o Partido Socialista dos Açores, são especialistas em rateios e agora querem fazer o rateio da verba do CEDO por um maior número de beneficiários.

Nós temos de ser sérios e analisar esta situação, conforme ela merece ser analisada, para ter todo o apoio que os Açores e esta Região pode dar.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é desonesto Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores podiam ter feito isto no debate do Plano e Orçamento. Não quiseram. Preferiram ser o partido do protesto, e continuam amarrados ao protesto e a não querer fazer, de facto, uma ação política responsável de benefício dos açorianos. Era isso que se exigia de uma pessoa que já teve a responsabilidade de V. Exa..

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra. Faz favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para começar, dizer que quanto a esta iniciativa do Partido Socialista, reconhecemos a pertinência e a necessidade de avaliar efetivamente este apoio aos doentes transplantados.

Esta é uma iniciativa que foi, em 2015, uma proposta do Grupo Parlamentar do CDS, reconhecendo a necessidade de existir um complemento no âmbito da deslocação dos doentes oncológicos, dados os tratamentos e a deslocação que tinham de fazer das suas ilhas para se poderem tratar, e que foi na altura aprovada por esta Casa e implementada pelo Governo.

Tem existido, infelizmente, um número crescente de doentes oncológicos. Na nossa realidade, cada vez conhecemos mais pessoas que, infelizmente, sofrem desta doença e, no nosso entender, é necessário perceber de que universo é que estamos a falar, é necessário amadurecer esta ideia, percebendo se

efetivamente faz sentido estarem incluídos nesta iniciativa ou fazer um diploma separado para o apoio a estes doentes, um diploma próprio.

Como tal, reconhecendo a pertinência da iniciativa, consideramos que é importante perceber, também porque prevê que a verba seja retirada da rubrica que está aberta já para o CEDO, como está em vigor, ou seja, para o apoio aos doentes oncológicos.

É preciso também perceber que impacto é que este universo de doentes terá sobre a verba que existe, também para não pormos em causa o próprio apoio aos doentes oncológicos.

Quem é que aqui, neste momento, pode dizer qual é o universo que estamos a falar?

Portanto, da verba que temos, tem verba suficiente para também apoiar os doentes transplantados ou não tem?

Como tal, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, parece-nos que é pertinente, mas que é importante analisar.

A verdade é que neste orçamento, também, foi aprovado, como disse o Deputado Tiago Lopes, o apoio dos 10% para este complemento. Portanto, parece-nos que é importante perceber se existe, na verba que temos disponível para este Complemento aos Doentes Ecológicos, margem para também abranger os doentes transplantados, não pondo assim em causa também estes doentes que, neste momento, são beneficiários deste apoio.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma interpelação.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para uma interpelação à Mesa, para informar todas as Sras. e Srs. Deputados, e as Sras. e Srs. Membros do Governo, de que vou fazer chegar à Mesa um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, apresentado pelo CDS-PP, em 2015, quando apresentou idêntica proposta relativamente ao CEDO e que mereceu a unanimidade de todas as Sras. e Srs. Deputados, na altura.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes, assim que a Mesa rececionar a documentação fá-la-á distribuir pelos Srs. Deputados.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu realmente assumo que estou perplexa com aquilo que estou a ouvir nesta Casa. Deduzo que também as pessoas que nos acompanham também estejam, porque é incrível, mas é mesmo incrível, assistir ao que se está a passar aqui e assistir aos argumentos que foram utilizados pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa para argumentar o voto contra desta urgência.

É que ele chegou ao ponto de colocar aqui os doentes oncológicos contra os doentes transplantados.

Deputado Manuel Ramos (PS): É verdade!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Isso é mais baixo do que populista.

A Oradora: É que quem está a ouvir isto em casa, fica com a ideia de que isto pretende prejudicar os doentes oncológicos. Isto já não é uma questão ideológica. Isto ultrapassou tudo aqui dentro desta Casa

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: Isto é uma questão **partidária!** Isto é uma questão **partidária!** Isto não é uma questão ideológica.

Isto que se está a passar aqui hoje não é uma questão ideológica. Isto chegou ao ponto de se tentar colocar doentes oncológicos contra doentes transplantados. Isto é a maior vergonha.

Depois de se ter falado aqui tanto em autonomia, assistir a um argumento destes, é descer o mais baixo que se pode descer.

É claro que esta urgência merece o voto favorável do Bloco de Esquerda, porque nós não queremos pôr ninguém contra ninguém.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): E a urgência?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma interpelação, Sr. Presidente. Para perguntar ao Sr. Presidente se é ou não verdade que o artigo 3.º deste diploma diz que “os encargos decorrentes da atribuição do apoio previsto no presente diploma têm por limite a dotação prevista no Orçamento para esta medida do CEDO para 2022.”?

E se essa dotação estava ou não prevista, tendo em conta aquilo que era o apoio a dar aos doentes oncológicos e que, necessariamente, terá um universo maior com a aprovação desta medida?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que a resposta está dada com a sua interpelação. Portanto, estamos esclarecidos sobre isso.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos apenas a debater a urgência. A urgência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: A questão aqui é, os partidos políticos quando debatem urgência, se consideram que estão suficientemente informados, se estão suficientemente esclarecidos em relação a estas questões. E se não estão suficientemente esclarecidos, se têm dúvidas?

Se querem ouvir especialistas, se querem ouvir outras instituições devem votar contra a urgência.

Evidentemente que a situação de responsabilidade, e os açorianos que nos estão a ouvir percebem, é recolher toda a informação antes de decidir.

Há assuntos em que o PPM tem votado as urgências e nós votamos sempre que nos é possível, mas é se temos a informação que consideramos fulcral e importante.

Neste caso, nós queremos mais informação. Nós temos dúvidas.

Eu, em relação à iniciativa, digo já, desde o início, que se ela descer à Comissão, o meu firme propósito é votá-la a favor, desde que estejam resolvidos todos os problemas de ordem técnica e resolvidas todas as questões.

O meu propósito é votá-la a favor!

Aliás, o meu propósito é votar o maior número possível de propostas do Partido Socialista a favor, porque cada proposta do Partido Socialista, e já foram muitas, que foram aprovadas neste plenário, mostra a diferença deste Parlamento plural, sem maioria absoluta, em relação a um Parlamento em que as propostas das minorias raramente eram aprovadas.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso é muito importante, até do ponto de vista tático e estratégico, apoiar e aprovar medidas do Partido Socialista. Não tenham qualquer tipo de dúvida.

Eu faço sempre que posso, a menos que seja uma proposta completamente descabida.

Deputado José Ávila (PS): Não temos!

O Orador: Aí não o posso!

Por isso é que já foram aprovadas várias propostas do Partido Socialista. Eu até já as vejo divulgadas na internet, no Facebook, aprovada, aprovada... Eu não tenho nenhum problema em relação a essa matéria. Mostra que uma composição plural do parlamento dos Açores serve melhor a sociedade açoriana.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, também quero referenciar o seguinte, porque fui testemunha destes acontecimentos, e termino já, Sr. Presidente.

É que a proposta do CDS-PP foi antecedida de um amplo debate na sociedade açoriana. Era uma reivindicação há muito defendida por vários setores da sociedade açoriana.

Portanto, existia um conjunto de informação muito alargado sobre esta matéria, e os partidos consideraram-se suficientemente informados. Não é a mesma coisa que aqui estamos a debater.

Já vários partidos políticos apresentaram as suas dúvidas, mas quero terminar por dizer o seguinte:

O propósito do PPM é aprovar esta proposta. Ela desce à Comissão, são resolvidos os aspetos técnicos, são ouvidos os especialistas, são ouvidas as diversas entidades,...

Deputado Berto Messias (PS): É uma proposta muito mais complexa!

O Orador: ... e o propósito do PPM é associar-se e votar favoravelmente esta proposta, mas não o queremos fazer sem que estas questões estejam previamente resolvidas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para?

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, eu peço a palavra para um protesto, em relação aos argumentos aduzidos, quer pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, quer pela Sra. Deputada Alexandra Manes.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, eu não percebi quais tinham sido os argumentos políticos, utilizados. Aliás, considero que os argumentos utilizados pelo Sr. Deputado Tiago Lopes e Alexandra Manes foram argumentos políticos, numa discussão política.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, os argumentos foi a classificação de vergonha à atitude do CDS e dos partidos da coligação e ao facto de acusarem o CDS...

Presidente: Sr. Deputado, eu dou-lhe a palavra para uma interpelação. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Para uma interpelação, muito bem!

Sr. Presidente, para uma interpelação, então eu interpelo a Mesa no seguinte sentido:

Os documentos que a Mesa fará chegar aos Deputados, a pedido do Sr. Deputado Tiago Lopes, contêm a proposta de 2015, apresentada pelo CDS, nesta Assembleia, em abril de 2015.

Em abril de 2015, era Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e o artigo 4.º, da iniciativa, cuja epígrafe era “encargos”, dizia o seguinte:

“Os encargos decorrentes da aplicação deste diploma...”, que era o diploma do CEDO, “... enquadram-se no disposto do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional, n.º 1/2015/A”, de 7 de janeiro...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ... que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Já percebemos todos.

O Orador: Portanto, Sr. Presidente, o protesto é neste sentido.

Presidente: Não tem protesto!

O Orador: O mecanismo usado não foi o mesmo, por isso eu queria protestar.

(*) **Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estamos esclarecidos e nós teremos que, efetivamente, no âmbito da revisão do nosso Regimento, rever algumas das coisas que se passaram aqui nesta curta discussão.

Não sei se todos os grupos e representações parlamentares já usaram da palavra no âmbito da discussão do pedido de urgência? Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência.

Eu relembro que estamos a votar o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho – Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra da Iniciativa Liberal, 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tendo sido rejeitada a urgência, informo que relativamente aos 18 e 19 da nossa Agenda, o proponente retirou a proposta.

Antes de ler a proposta de redação final, eu queria aproveitar este momento para, sendo este o nosso último plenário antes do Natal, desejar às Sras. e aos Srs. Deputados, às Sras. e Srs. Membros do Governo, às vossas famílias, e também aos açorianos, umas boas festas do Natal, em paz, com a saúde possível, e com muita responsabilidade.

Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de dezembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos e um bom regresso para aqueles que vão regressar às suas casas. Boa viagem!

Eram 17 horas e 05 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Berto José Branco Messias

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Deputado que faltou à sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1- Antepostas de Lei:

N.º 4/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2021 – 12 – 14

Comissão: -----

Data limite de parecer: COM PEDIDO DE URGÊNCIA;

2- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 45/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho – Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15

Comissão:

Limite de parecer: URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

3- Projetos de Resolução:

N.º 84/XII

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 – 12 – 14

Comissão: ----

Limite de parecer: URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

N.º 85/XII

Assunto: [Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE, PPM, CH, IL e PAN

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15

Comissão: ----

Limite de parecer: URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

N.º 86/XII

Assunto: [Fixação de pilotos de aviação comercial na Sata Air Açores](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15

Comissão: ----

Limite de parecer: URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

4- Petições:

N.º 20/XII

Assunto: Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental

Proveniência: Amélia Borges

Data de Entrada: 2021– 12 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão.

5- Requerimentos:

Assunto: [Insistência na rápida resolução da questão referente à conclusão do Projeto referente à Proteção da Costa da Falésia Adjacente à Vila do Corvo e à sua execução posterior](#)

Autores: Paulo Estevão e Gustavo Alves, (PPM)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10

Referência: 54.07.09 – N.º 251/XII;

Assunto: [Proteção da orla costeira da Ventosa, Fenais](#)

Autores: Manuel Ramos e José Ávila, (PS)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 14

Referência: 54.02.04 – N.º 252/XII;

Assunto: [Deslocação à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo de médicos especialistas](#)

Autores: Lubélio Mendonça, (PS)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15

Referência: 54.02.09 – N.º 253/XII;

6-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Pagamento de Juros de mora à EDA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 239/XII;

Assunto: [Centro de Saúde de Velas – Visto do Tribunal de Contas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15

Referência: 54.02.05 – N.º 248/XII;

Assunto: [Aeroporto da Horta – Acordo de Parceria – Portugal 2030](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15

Referência: 54.02.07 – N.º 244/XII;

7- Informações:

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, dos Projetos de Resolução n.º 76/XII (PSD) - “Promoção de melhorias nos programas Estagiar”, e n.º 78/XII (DI) – “Proposta de redução de IMI para freguesias dos Açores que apresentem diminuição de população”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII (BE) – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2006/A, de 21 de março, que estabelece o Estatuto do Pessoal não Docente do Sistema Educativo Regional”, e do Projeto de Resolução n.º 83/XII (PAN) – “Revisão do regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e de atendimento permanente das Unidades de Saúde de Ilha com serviço de urgência”

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 12 – 13;

Assunto: Ofício n.º 1681-ST a remeter os seguintes Relatórios: Relatório n.º 09/2021 - FS/SRATC (Ação n.º 21/D074-01FS3) – Auditoria ao ProSucesso – Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, e o Relatório n.º 10/2021 - FS/SRATC (Ação n.º 21/D262-02ARF1) – Auditoria à falta de prestação de

contas, relativas a 2018 e 2019, pela Freguesia do Mosteiro (Apuramento de responsabilidade financeira).

Proveniência: Branco Cordeiro Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 12 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Resolução.º 69/XII – Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar que a partir de 17 de outubro de 2021, passou a desempenhar o cargo de Deputado da Assembleia Municipal das Lajes do Pico

Proveniência: Carlos Freitas, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 12 – 14;

Assunto: Ofício a comunicar que a partir de 14 de outubro de 2021, passou a desempenhar o cargo de Deputado da Assembleia Municipal da Madalena do Pico

Proveniência: Marco Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 12 – 14;

Assunto: Ofício n.º 125 a comunicar que a indica a Deputada Elisa Lima Sousa para integrar o Conselho da Diáspora Açoriana

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Resolução.º 69/XII – Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens.

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma segunda substituição integral do Projeto de Resolução.º 69/XII – Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens.

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Resolução.º 86/XII – Fixação de pilotos de aviação comercial na Sata Air Açores.

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 12 – 16;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a retirada do Projeto de Resolução.º 86/XII – Fixação de pilotos de aviação comercial na Sata Air Açores.

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 12 – 16;

8- Relatórios:

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12 – 13;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 12 – 13;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 12 – 13;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 12 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera a norma aplicável aos laboratórios utilizados pelos organismos de avaliação da conformidade dos equipamentos marítimos, transpondo a Diretiva Delegada \(UE\) 2021/1206 - MM - \(Reg. DL 1256/XXII/2021\)](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 12 – 13;

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco